



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS



Gustavo Café de Miranda

**O CONSTRUTIVISMO DE MAX WEBER:
Uma leitura a partir de Ian Hacking**

Florianópolis, 2015.

GUSTAVO CAFÉ DE MIRANDA

**O CONSTRUTIVISMO DE MAX WEBER:
Uma leitura a partir de Ian Hacking**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Sociais, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais. Orientação de: Prof. Dr. Carlos Eduardo Sell.

Florianópolis, 2015.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Miranda, Gustavo Café de

O Construtivismo de Max Weber : uma leitura a partir de
Ian Hacking / Gustavo Café de Miranda ; orientador, Carlos
Eduardo Sell - Florianópolis, SC, 2015.

66 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas. Graduação em Ciências Sociais.

Inclui referências

1. Ciências Sociais. 2. Filosofia da Ciência. 3. Teoria
Sociológica. 4. Sociologia. I. Sell, Carlos Eduardo. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Ciências Sociais. III. Título.

Acadêmico: Gustavo Café de Miranda

Título: O Construtivismo de Max Weber: uma leitura a partir de Ian Hacking

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Sociais, do Centro Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais, aprovado com nota ____.

Florianópolis, ___ de _____ de 20__ .

Dr. Carlos Eduardo Sell, UFSC
Professor Orientador

Dra. Sandra Noemi Cucurullo de Caponi, UFSC
Membro da Banca Examinadora

Dr. Alberto Oscar Cupani, UFSC
Membro da Banca Examinadora

Queria agradecer à minha família por todo o apoio nestes anos, especialmente aos meus pais pela *physis*, o *habitus*, o carinho, e a Adalberto, *the godfather*, por mostrar-me a beleza da curiosidade. Agradeço aos meus eternos amigos pelos desafios ao engenho e também pelas besteiras vividas. Agradeço muitíssimo ao meu amor, Catarina, pelo imenso carinho e pela paciência. Obrigado também ao professor Sell por ser meu guia nesta jornada.

“4.26 Die Angabe aller wahren Elementarsätze beschreibt die Welt vollständig. Die Welt ist vollständig beschrieben durch die Angaben aller Elementarsätze plus der Angabe, welche von ihnen wahr und welche falsch sind”
Wittgenstein

“Hoc nos natura docere non potuit: Semina nobis scientiae dedit, scientiam non dedit”.
Sêneca

“Amoureux de vocables, il häissait le mystère des silences lourds et les rendait légères et purs : et il est devenu léger et pur, puisque allégé et purifié de tout. Le vice de définir a fait de lui un assassin gracieux, et une victime discrète”. Emil Cioran

RESUMO

Esta pesquisa, de caráter qualitativo metateórica, tem como objetivo realizar uma leitura de dois argumentos de Max Weber sobre a ciência, o da “A ‘objetividade’ do conhecimento nas ciências sociais” e o da “neutralidade axiológica”, os quais podem ser encontrados nos textos de mesmo nome. Seguindo a definição de Construtivismo de Ian Hacking, buscamos mostrar que podem ser interpretados como argumentos construtivistas, e que, para isto, não é necessário discorrer sobre Realismo ou Antirrealismo científico. Esperamos assim instanciar que mesmo estes textos sendo clássicos da sociologia, eles podem ainda trazer um novo olhar para discussões contemporâneas sobre a ciência. Por fim, discorreremos sobre alguns possíveis problemas decorrentes destes argumentos de Weber, como uma possível inconsistência, e depois discutimos a postura de dois especialistas, Guy Oakes e Wolfgang Schluchter, quanto a eles. Concluimos que o primeiro, Oakes, argumenta que esta inconsistência é intransponível, e que o segundo, Schluchter, busca vencê-la por uma interpretação de Weber com um toque pragmático.

ABSTRACT

The aim of this work, which is an qualitative and metatheoric research, is to provide a reading of two arguments of Max Weber about science, the one about the “the ‘objectivity’ of knowledge in the social sciences” and the one on the “axiological neutrality”, which can be found in the works of equal naming. Following Ian Hacking’s definition of Constructivism, we intend to make clear that these arguments may be understood as constructivists, and that, it is unnecessary to speak of Scientific Realism and Antirealism to accomplish it. We hope to show that even though these texts are classics of sociology, they can still provide an up-to-date perspective to the contemporary discussions on science. Finally, we collogue about some possible problems that these arguments entails, and maybe assert a claim on inconsistency, after that, we discuss the perspectives on this topic of Guy Oakes and Wolfgang Schluchter, two leading experts on the works of Weber. We conclude that the first, Oakes, believes that it is an unsurpassable problem, and that the second, Schluchter, tries to surpass it by reading Weber with a pragmatic twist.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 10 |
| CAPÍTULO PRIMEIRO:..... | 15 |
| REALISMO, ANTIRREALISMO, E CONSTRUTIVISMO..... | 15 |
| 1.1 REALISMO CIENTÍFICO | 15 |
| 1.2 ANTIRREALISMO CIENTÍFICO..... | 23 |
| 1.3 O CONSTRUTIVISMO SEGUNDO HACKING | 28 |
| CAPÍTULO SEGUNDO: | 36 |
| O CONTEXTO INTELECTUAL DO ARGUMENTO DE WEBER..... | 36 |
| 2.1 A METHODENSTREIT | 37 |
| 2.2 A SOLUÇÃO DE DILTHEY | 39 |
| 2.3 A SOLUÇÃO DE WILHELM WINDELBAND E HEINRICH RICKERT | 40 |
| CAPÍTULO TERCEIRO: | 47 |
| MAX WEBER E O CONSTRUTIVISMO | 47 |
| 3.1 A SOCIOLOGIA INTERPRETATIVA-EXPLICATIVA DE MAX WEBER..... | 47 |
| 3.2 TIPOS IDEAIS E OS MODELOS CIENTÍFICOS | 48 |
| 3.3 O CRITÉRIO DE CONSTITUIÇÃO DE TIPOS IDEAIS | 52 |
| 3.4 O ARGUMENTO DA NEUTRALIDADE AXIOLÓGICA..... | 54 |
| 3.5 O ARGUMENTO SOBRE A OBJETIVIDADE DO CONHECIMENTO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS.. | 56 |
| 3.6 A SOLUÇÃO CHINESA..... | 59 |
| 3.7 OAKES SOBRE A SOLUÇÃO CHINESA | 60 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 65 |
| REFERÊNCIAS | 67 |

INTRODUÇÃO

O artigo de Weber sobre “A objetividade do conhecimento nas ciências sociais”, com certeza, foi muito lido como um texto introdutório aos problemas metodológicos e epistemológicos das ciências humanas no mundo todo. Mas de introdutório ele nada tem. O seu argumento é complexo. Pelo menos o suficiente para motivar um jovem a escrever todo um trabalho sobre ele, e também (e muito mais) para chamar a atenção de especialistas. Acredito que buscar entender este texto sem conhecer o contexto (a *Methodenstreit*) e sem compreender a fundamentação filosófica que inspirou a Weber, seria o mesmo que tentar compreender a obra de Karl Marx sem ler nem Hegel nem *A ideologia alemã*, ou seja, de pouca profundidade.

Naturalmente, a linguagem de todos estes pensadores da época de Weber é muito diferente da que usualmente encontramos no mundo acadêmico atual, e até daquela que surgia na mesma época, da virada linguístico-pragmática na filosofia. De fato, parece que eles nunca entraram em contato com os filósofos responsáveis por essa virada (OAKES, 1988, p.4), e se o fizeram, talvez já estivessem com a idade demasiadamente avançada para mudar de opinião. Pessoalmente, julgo-me ainda engatinhando sobre estes textos, e faço aqui uma humilde interpretação, cujo propósito é mais de demonstrar minha familiaridade com os autores do que de provar uma tese.

É ressaltado na literatura que Weber frequentemente usa os termos ‘metodologia’ ‘teoria do conhecimento’ ‘lógica’ de forma inconsistente, o que não facilita a sua leitura, e que seus escritos sobre esses assuntos foram realizados somente por seis anos da sua vida (de 1903 a 1909) (BRUUN, 2012, p.xvi e p.xi). Mesmo assim, seu impacto foi muito maior do que provavelmente o autor imaginava. Os estudos que abordam as ideias de Weber sobre a metodologia das ciências

sociais ocupam 17,9% da produção internacional em periódicos sobre o autor (CARVALHO, 2013, p.51), e de fato, seus escritos metodológicos são um pequeno volume se comparados com o resto de sua obra.

Realmente, o texto que me proponho aqui a avaliar está longe de ter sido pouco debatido. Os autores que o trabalharam vêm desde os seus contemporâneos, como Ludwig Von Mises, Karl Jaspers, passando por Alfred Schütz, chegando até os especialistas em Weber recentes, como Fritz Ringer, Guy Oakes, Wolfgang Schluchter, Hans Henrik Bruun, e o já não tão recente W. G. Runciman.

Dizer que vejo nestas obras algo que não viram seria demasiadamente prepotente. Mesmo assim penso que fiz esta pesquisa de forma autêntica e até inesperada para alguns. E creio que a tenha tornado mais iluminada pelo menos para aqueles que estiverem dispostos a examinar este trabalho. Mas como este texto é comprido, e talvez tão cansativo para o leitor quanto fora para o escritor, então me apresso e já descrevo os objetivos.

Esta pesquisa realiza uma leitura atualizada de dois argumentos de alto gabarito de Max Weber, o da objetividade do conhecimento nas ciências sociais e o da “neutralidade axiológica” (em alemão “Werturteilsfreiheit”, literalmente, “liberdade frente aos valores”). Para isso, me apoio fortemente nos especialistas em Weber, e também em certos filósofos, cuja literatura faz a distinção deste trabalho. Em especial me comprometo com muito da interpretação que Guy Oakes faz de Max Weber em seu *Weber and Rickert*, e também me apoio fortemente em certas distinções que Ian Hacking faz em seu *The social Construction of What?*.

De forma mais específica: o objetivo da pesquisa se centrou em analisar o argumento da neutralidade axiológica e sobre a objetividade do conhecimento sob os conceitos de “Forma de conhecimento” e “Conteúdo do conhecimento” de Ian Hacking.

Assim, esta pesquisa é de caráter metateórico e exploratória, ou seja, procuramos examinar quais são os fundamentos filosóficos de certa teoria sociológica e exploratória por tentar familiarizar com certa produção de conhecimento em certa área de pesquisa. Assim, tentamos fazer com que o problema da pesquisa se tornasse mais explícito, ou melhor definido, a fim de podermos propor hipóteses sobre ele.

Entendêmo-la como documental, por utilizar documentos, como livros, teses, artigos, e outros trabalhos de conclusão de curso. Encontrados por pesquisas em

bases de dados internacionais utilizando palavras chave, como: “Max Weber”, “scientific realism”, “constructivism”. Mesmo assim, muito da literatura se deu por contato com outros acadêmicos e por recomendações da banca examinadora.

Nas primeiras seções, buscamos tornar claros certos conceitos, e o contexto intelectual da obra que analisamos, e nas seguintes, procuraremos fazer a devida análise: identificar onde podemos localizar os conceitos anteriores no argumento, e onde não podemos.

A partir da introdução o trabalho está estruturado da seguinte forma: capítulo primeiro, no qual eu debato o que é o Realismo e o Antirrealismo científico a fim de mostrar que são secundários para o argumento de Hacking. Depois procuro explicar a tese de Hacking sobre o construtivismo, a fim de mostrar a diferença entre Formas de conhecimento de Conteúdo do conhecimento que o autor, inspirando-se parcialmente em Kant, propõe; no segundo capítulo tento contextualizar brevemente o argumento de Weber historicamente e em relação a certas discussões sobre epistemologia em seu círculo, em especial do seu amigo Heinrich Rickert; seguidamente há a terceiro capítulo, onde mapeio de forma geral a sociologia de Weber, algo de sua epistemologia, seu conceito de Tipo Ideal, e especialmente seus argumentos sobre a neutralidade axiológica e sobre a objetividade do conhecimento nas ciências sociais, sobre os quais mostrarei as afinidades com as distinções de Hacking. Também apresento uma resposta de Guy Oakes ao argumento da objetividade, e apresento algumas reflexões referentes aos seus levantamentos provenientes de um texto Wolfgang Schluchter; Finalmente faço algumas considerações finais.

Como muitos outros trabalhos acadêmicos, este trabalho se apresenta de forma terminada, ou seja, como se os seus objetivos tivessem sido sempre os mesmos desde o começo da pesquisa, e como se a reflexão destes meses todos tivesse se dado da mesma forma que é aqui apresentado. Aqueles que tiverem familiaridade com o exercício da pesquisa sabem muito bem que não ocorrem desta maneira. De fato, essa pesquisa surgiu primeiramente como um esforço de determinar se Max Weber, no que se considera suas reflexões sobre a ciência, seria um Realista científico ou um Antirrealista científico. No desenrolar dos estudos, tornou-se evidente que esta é uma tarefa que nem os especialistas conseguem entrar em consenso. Realmente, tudo depende do grau de comprometimento, ou de dependência, que Weber tinha com a filosofia de Heinrich Rickert. Como Schluchter

aponta (2000, p.31), há várias opiniões cuja variedade oscila sobre duas teses. A primeira, de que Weber teria dependência total da filosofia Rickert, e que sua grande contribuição seria a doutrina do Tipo Ideal. A segunda, de que Rickert não teve nenhuma relevância para a obra de Weber, o que é facilmente desqualificado com uma rápida investigação das notas de rodapé de Weber, as quais frequentemente remetem a Rickert.

Para Schluchter é possível defender somente o quanto Weber herdou, entre muito ou pouco, mas nunca nada (*Ibidem*). Mesmo assim, não é suficiente para escaparmos da controvérsia. O quanto ele deve a Rickert determina qual a sua epistemologia, determina o quanto ele aceita ou rejeita uma teoria da verdade como correspondência. De fato, os especialistas podem ser classificados desta maneira: de um lado se sustenta que Weber era um discípulo de Rickert, onde encontramos autores como Guy Oakes e Thomas Burger; e do outro em que se defende que Weber nunca deu muita importância aos problemas epistemológicos de Rickert, tese defendida por Ringer, Runciman e H. H. Bruun (RINGER, 2004, p.59).

Determinar a dependência entre autores já mortos é um trabalho de arqueologia interminável. Afinal, o autor pode nunca ter se pronunciado sobre aquilo que procuramos, deixando grande espaço para longa especulação. Como não pudéramos resumir o trabalho de uma vida em um ano, optamos por outra via: a que introduzi logo acima e desenvolvi no resto do trabalho.

Antes de começarmos, há um rápido esclarecimento. Em certas passagens faço referência a certos conceitos como “teoria da verdade como correspondência” e sobre “conhecimento”. Quanto à teoria da verdade, me explico quando apresentá-la. Mas sobre o “conhecimento” devo dizer que aqui me bastarei a considerá-lo como uma crença, verdadeira, justificada (BOGHOSSIAN, 2012, p.34), e que mesmo havendo todas as complicações apresentadas pelo famoso artigo de Gettier, penso que, por não ser um trabalho sobre este longo tema da teoria do conhecimento, podemos passar somente com esta definição.

CAPÍTULO PRIMEIRO:

Realismo, Antirrealismo, e Construtivismo

Neste capítulo apresento algumas definições, a fim de que familiarizemo-nos bem com estes conceitos introdutórios para depois envolvê-los com os argumentos de Max Weber. Debruço-me sobre: primeiramente, um levantamento sobre o conceito de Realismo científico; em segundo lugar, a sua contrapartida, o Antirrealismo científico; finalmente, o Construtivismo, entendido aqui segundo a leitura de Ian Hacking em seu livro *The Social Construction of What?*. Deveras, aqui intento fazer algo análogo ao que Hacking o faz no seu livro, a saber: mostrar que Realismo e Antirrealismo são posturas dissociadas do Construtivismo sobre a ciência. Como veremos, pode-se ser um realista ou um antirrealista sobre a ciência sem adotar um construtivismo, *et vice versa*.

Como julgo que associar estes três termos é uma confusão recorrente, a qual eu mesmo já sustentara no projeto de pesquisa desta monografia, coloquei este capítulo já de início, para evitar tropeços nas seções posteriores deste trabalho.

1.1 Realismo Científico

Como as cabeças da Hydra de Lerna, o termo Realismo abriu-se em tantos vias diferentes que, se houvesse um único rótulo disposto a abranger todos, ele cairia sutilmente sobre algum dos termos que procura agregar:

Realismo, realismo intuitivo, realismo ingênuo, realismo semi-ingênuo (Dummett), realismo radical (Pols), realismo epistêmico (van Fraasen), realismo metafísico, realismo medieval, realismo platônico, realismo semântico, realismo convergente (L. Laudan), realismo internista (Putnam), realismo com R maiúsculo e realismo com r minúsculo (Putnam), realismo sofisticado (Dummett), uma formulação modal do realismo (Putnam), realismo do senso comum, realismo pragmático, [...] realismo ontológico, etc. (BITSAKIS, 1993, p.161) ¹.

¹ No original “realism, intuitive realism, naïve realism, semi-naïve realism (Dummett), radical realism (Pols), epistemic realism (van Fraasen), metaphysical realism, medieval realism, platonic realism, semantic realism,

Como ao cortar-se uma cabeça crescem duas, evitarei atacá-las individualmente. Ao contrário, definirei aqui o que encontro na literatura como um conceito genérico de realismo, e mesmo assim, de forma alguma pretendo abarcar todas as escolas que se intitulam assim. Da mesma forma farei adiante com antirrealismo.

Por isso, começamos com uma definição introdutória. O Realismo científico, um ramo da filosofia da ciência com uma postura epistemológica otimista em relação aos resultados da investigação científica, postula que as teorias científicas explicam o mundo como ele de fato é, ou seja, atingem a verdade (ou a verdade aproximada) sobre o mundo (DUTRA, 2009, p.133). Segundo essa visão, as teorias científicas são aceitas por serem verdadeiras, por fazerem um relato de como o mundo realmente é. De fato, circulam entre periódicos de divulgação científica algumas ideias cruas deste conceito, que não deixam de serem pertinentes para nossos objetivos, como, por exemplo, a seguinte citação:

[1] O que nos leva adiante no trabalho da ciência é precisamente a consciência de que há verdades lá fora para serem descobertas, verdades que, uma vez descobertas, formarão uma parte *permanente* do conhecimento humano [...] [2] aparte acessórios [inessenciais] que usamos, como a notação matemática, as leis da física como as entendemos não são nada mais que uma *descrição* da realidade [...] [3] Eu não consigo ver nenhum sentido em que o aumento em alcance e precisão das partes duras de nossas teorias não é uma aproximação em direção à verdade.² (WEINBERG *apud* GIERE, R. 2006, p.4, grifo nosso).

Quando cita estas passagens Ronald Giere chama a atenção para o fato de que nem mesmo os cientistas tomam o seu trabalho desta forma ingênua, eles dificilmente aceitariam o tipo de infalibilidade que é aqui advogada (p.5); por isso esta posição é chamada de crua ou ingênua. Acredito que estariam muito mais dispostos a afirmar que “de acordo com esta teoria altamente confirmada (ou com este instrumento confiável) o mundo parece ser de tal e tal maneira” e dificilmente aceitariam incondicionalidade sobre suas teorias, dificilmente declarariam que “esta teoria [...] nos entrega uma imagem completa e literalmente correta do próprio

convergent realism (L. Laudan), internal realism, (Putnam), realism with capital R and realism with small r (Putnam), sophisticated realism (Dummett), a modal formulation of realism (Putnam), commonsense realism, pragmatic realism, revisionary realism, ontological realism, etc.”

² No original “What drives us onward in the work of science is precisely the sense that there are truths out there to be discovered, truths that once discovered will form a permanent part of human knowledge (126) [...] [A]side from inessentials like the mathematical notation we use, the laws of physics as we understand them are nothing but a description of reality (123) [...] I can’t see any sense in which the increase in scope and accuracy fo the hard parts of our theories is not a cumulative approach to truth (126)”

mundo” (p.6). Como veremos, para evitar o rótulo de ingênuo, um realista tem de ser capaz de deixar em aberto a possibilidade de crenças falsas sobre o mundo (ou menos aproximadamente verdadeiras, como veremos).

Com isto claro, podemos dar o primeiro passo para uma definição mais acurada e que nos esclareça não só o que é realismo científico, mas também certos termos que gravitam em torno dele, como *verdade e verdade aproximada*. Tomei a liberdade de separar na citação direta anterior três pontos, que são apontados na literatura como os “três ingredientes do realismo científico”, os quais o leitor pode comparar com os que citaremos adiante.

No dicionário de Stanford de filosofia (CHAKRAVARTTY, 2011, §4) se ressalta a necessidade de apontar estes três traços do realismo científico, chamados: o metafísico, o semântico, o epistemológico. O traço metafísico (1) fundamental desta postura teórica é de que a existência do mundo é independente da mente. Ou seja, que há um mundo autônomo em relação as nossas capacidades cognitivas, sendo que essas possibilitam ou de conhecer uma parte dele ou (em um caso radical) conhecê-lo por completo. Afinal, aceitar a existência deste mundo não acarreta que nós saibamos exatamente como ele é, e da mesma forma, aceitar que não podemos conhecê-lo por completo também não é uma tese contra a existência deste mundo. Para um exemplo de uma afirmação que mostra aceitação deste primeiro ponto, Bertrand Russell afirmou, sobre ele e Moore, que “eu concordo – e penso que ele também – [...] com a doutrina de que os fatos em geral são independentes da experiência” (*apud* MOSER, P.; MULDER, D. H.; TROUT, J. D., 2004, p.182).

Já o traço semântico (2) é caracterizado por se comprometer com uma interpretação literal (que denota algo) da linguagem da ciência, ou seja, as declarações da ciência devem ser construídas para terem um valor de verdade (verdadeiro ou falso). De fato, esse ponto é uma indicação de que um realista aceita uma teoria da verdade como correspondência (DUTRA, 2009, p.132 e p.143). A teoria da verdade como correspondência, inspirada na condição de verdade de Tarski para linguagens formais e na famosa afirmação de Aristóteles no Livro IV (Γ) da *Metafísica*³, propõe que uma proposição é verdadeira se corresponde com um fato. Ou seja, se há um isomorfismo estrutural (uma correspondência) entre uma

³ A condição de Tarski pode ser consultada em (HAACK, Susan, p.144), e a proposição de Aristóteles é muito conhecida dizer a verdade é simplesmente dizer sobre “o que é, que é, e o que não é, que não é”.

proposição que descreve um conjunto de fatos de tal e tal forma e o próprio mundo (HAACK, S., 2002 p.134), se ela é capaz de fazer um “retrato do mundo”. Assim, se digo “a grama do meu quintal é verde” e a grama do meu quintal de fato for verde, a proposição de que “a grama do meu quintal é verde” é verdadeira. Comumente se expressa essa teoria pela máxima de “P” se e somente se P. Há muita discussão sobre esse tema, como a dificuldade de definir o termo “correspondência”, que não quero me adentrar neste trabalho (MOSER, P.; MULDER, D. H.; TROUT, J. D., 2004 p.76), e por isso, se estiver suficientemente claro o que é esta teoria da verdade, voltar-me-ei ao traço semântico, mas com esse novo conceito para facilitar a explicação.

Para o realista, quando os cientistas falam sobre entidades não observáveis (como quarks), eles estão falando de entidades determinadas (cognitivas), e não são simplesmente (como Bertrand Russell, um antirrealista quanto às entidades postuladas pelas teorias científicas, argumentou.) conceitos que resumem certas observações (DUTRA. p.136) (procurarei tornar este ponto mais claro quando, mais adiante, me expressar sobre o que se chamou de realismo de teorias e de entidades). Desta forma, declarações sobre objetos inobserváveis, relações, propriedades, são sobre objetos *reais* (traço metafísico); e devem ser avaliados como tendo denotação direta, e com isso podem ser verdadeiras ou falsas (traço semântico) (CHAKRAVARTTY, 2011 §6). Dito isso, acho que podemos aceitar que um realista aceita uma teoria da verdade como correspondência na qual é possível que proposições da linguagem da ciência correspondam ao mundo de forma literal.

Ainda neste ponto é interessante apontar que há grande discussão sobre o que é *verdade aproximada* para o realista. Evidentemente, afirmar que as teorias científicas afirmam a verdade *tout court* seria ingênuo, afinal, nem mesmo os cientistas (ou pelo menos a maioria deles) afirmariam que a ciência acerta a verdade do mundo de forma certa sem correrem o risco de perder o emprego. Afirmar que se sabe a verdade última sobre o mundo implica que não há outra verdade melhor sobre aquilo que se afirma; o que por sua vez implica que não há tal coisa como progresso científico, já que não poderia haver uma teoria mais verdadeira que aquela que sabe a verdade exata (e intuitivamente se acredita que progresso admite uma sobreposição por algo melhor, mais exato).

Desta forma, o realista, em virtude da consistência do seu argumento, postula o conceito de *verdade aproximada*. Richard Boyd, por exemplo, defende que um

relato é aproximadamente verdadeiro se contém certas partes verdadeiras, e ao mesmo tempo contenha *outras* que são falsas (BOYD, 1976; 1990 *apud* DUTRA, 2009, p.144), e quanto mais partes verdadeiras tiver e menos falsas, mais aproximadamente verdadeiro é. Em contrapartida, uma objeção a este ponto seria perguntar como seríamos capazes de julgar quais partes da teoria são verdadeiras e quais são falsas, sem recorrer a uma terceira posição intermediária e independente entre a teoria e o mundo, ou seja, quais são os critérios de avaliação de verdade de uma teoria. E de fato, há respostas muito diferentes sobre esse ponto, das quais o próprio Boyd defende uma que acredito ser convidativa para a apresentação do terceiro “ingrediente”.

Richard Boyd defende que a tradição científica é ela mesma já aproximadamente verdadeira por se “acomodar” ao mundo, já que é fruto de um processo dialético entre a mente e o mundo, recheado de testes, confirmações e refutações (Idem). E que teorias novas devem ser avaliadas segundo sua plausibilidade em relação à tradição estabelecida e serem aceitas por se assemelharem a ela (Idem). Poderia se apontar que há certa circularidade neste argumento, afinal, como podemos avaliar a plausibilidade e então a verdade aproximada desta tradição científica (p.145)? Como este trabalho não é sobre Boyd, coloco a seguinte passagem, que julgo ser sintética dos dois últimos traços e adianto-me para o terceiro traço:

as nossas melhores teorias científicas fornecem descrições verdadeiras ou aproximadamente verdadeiras de aspectos observáveis e inobserváveis de um mundo independente da mente (CHAKRAVARTTY, §7).⁴

O terceiro (3) e último traço, o epistemológico, é aquele que intenta explicitar que as reivindicações teóricas da ciência constituem conhecimento sobre o mundo, e que então podemos ter crenças sobre a verdade de uma teoria. Assim “é possível, *em princípio*, ter boas razões para pensar que uma, em um par de teorias rivais, é mais possivelmente mais aproximadamente verdadeira que a outra” (NEWTON-SMITH, 1981, p.39 *apud* DUTRA, 1993, p.37, grifo nosso). Chamo a atenção para o fato de o autor dizer que em princípio podemos avaliar as teorias como mais aproximadamente verdadeiras que outras, e não que não o fazemos de fato. Dutra aponta isso em outra passagem do mesmo autor “podemos ter crenças garantidas (pelo menos em princípio) sobre o valor de verdade de nossas teorias” (Ibid., 1978,

⁴ No original “our best scientific theories give true or approximately true descriptions of observable and unobservable aspects of a mind-independent world.”

p.72 *apud* DUTRA). Parece-me que deseja deixar a possibilidade de avaliação em aberto.

Afinal, poderíamos dizer que, já que há um mundo independente da mente podemos usá-lo como uma referência objetiva para avaliar duas teorias opostas e verificar qual delas é mais aproximadamente verdadeira que a outra em relação ao mundo (mais uma vez um exemplo de teoria da verdade como correspondência). Para sustentar essa posição muitos realistas argumentam que os termos teóricos (inclusive de entidades não observáveis, como propriedades, relações, processos, etc.) costumam ter referência semântica com sucesso (CHAKRAVARTTY, §7), opostamente a teorias rivais “descartadas”. Ora, alguns realistas estão propensos a aceitar não só que teorias verdadeiras são aquelas que têm sucesso, mas também que a verdade das teorias explica seu sucesso experimental (BITSAKIS, E. 1993, p.162), ou seja, o sucesso das teorias e sua verdade caminham juntas. Ora, quanto mais sabemos acerca do mundo, maiores são as nossas chances de predição sobre os eventos do mundo. Assim, para o realista, o trabalho da ciência seria um trabalho de descobrimento do mundo, a fim de conhecê-lo (cada vez mais) como ele é.

Para tornar mais inteligível o que foi dito acima, dou um exemplo de uma afirmação bem sintética do terceiro ingrediente do realismo científico. Citando Boyd, no que ele afirma ser a característica distintiva do conhecimento como uma relação dialética entre a mente e o mundo independente, o que acarreta na possibilidade de correção de uma teoria científica, tema sempre caro à filosofia da ciência. Esse processo dialético é colocado de forma sintética nas palavras de Richard Boyd:

De um lado o conhecimento que temos em determinado momento é o guia que possuímos para realizar novas descobertas sobre o mundo e, portanto, para ampliar nosso saber sobre ele. Mas, de outro lado, essas novas descobertas vão provocar ajustes no nosso conhecimento estabelecido, vão corrigir antigos erros e torná-lo, pois, *mais próximo* da realidade refletindo de maneira mais fiel e exata (BOYD, 1981 *apud* DUTRA, p.141).

Procurei resumir grosseiramente a tese do realismo científico na seguinte frase: há um mundo independente da mente, do qual a ciência nos dá um relato cumulativamente mais aproximadamente verdadeiro. Acredito que com esta passagem se tornam mais claros os aspectos teóricos desta posição.

Mesmo tendo elucidado estes três ingredientes, meramente risquei a superfície da literatura especializada. Para nos aprofundarmos um pouco mais, julgo

que devemos ainda propor mais duas distinções, entre: realismo e antirrealismo de teorias; e de entidades. Estes são conceitos cunhados por Ian Hacking, e que ele os coloca da seguinte forma

Há dois tipos de realismo científico, um para teorias e um para entidades.

A questão sobre as *teorias* é se elas são verdadeiras, ou são verdadeiras-ou-falsas, ou são candidatas à verdade, ou visam à verdade.

A questão sobre as *entidades* é se elas existem. (1983, p.26-7 *apud* DUTRA, 1993, p.30, grifo nosso)

Ora, o que Hacking apresenta é uma distinção entre (ou uma independência de posições que defendem) a verdade das teorias e a existência das entidades que elas postulam. De fato, aqui é necessário sustentar que a distinção entre entidades observáveis e inobserváveis na filosofia da ciência é uma distinção que privilegia a visão meramente por conveniência terminológica e é bem diferente de concepções científicas de observabilidade (CHAKRAVARTTY, §1). Podemos entender macroscópico e microscópico como equivalentes a estes conceitos para o propósito deste trabalho.

Podemos começar então com um realismo de entidades que rejeita um realismo de teorias. Como exemplo paradigmático, Hacking cita os padres da igreja que acreditam que Deus existe (realismo de entidades), mas que rejeitam que seria possível termos uma teoria inteligível e verdadeira sobre Deus, que acertasse como Deus é (DUTRA, p.30). Imagino que aqui Hacking se referia ao que se chamou de teologia apofática (ou negativa) também conhecida como a *Via negationis*, facilmente encontrada nos trabalhos de Pseudo Dionísio (ADAMSON, 2012). De forma breve, para a via da negação Deus existe, porém, ele é a própria perfeição, portanto transcendente de qualquer dualidade (como bem/mal, claro/escuro, ser/não-ser, etc), e a capacidade de reflexão dos seres humanos está presa a imperfeição do mundo físico, imanente as dualidades, logo não há expressão humana que seja capaz de tocar Deus. Não há teoria que seja verdadeira e ao mesmo tempo inteligível sobre esse assunto, há um realismo de entidades e antirrealismo de teorias.

Por outro lado parece difícil sustentar o inverso: que as teorias são verdadeiras, mas que as entidades não existem. Afinal, espera-se que se admitirmos que uma teoria, que descreve o mundo segundo tais e tais entidades inobserváveis, é verdadeira, também teremos que admitir que haja tais e tais entidades, pois que se

não houvessem a teoria seria falsa. Hacking tentou mostrar que não há nada de inconsistente em aceitar uma e rejeitar a outra, e mostrou que há ótimos filósofos defendendo esta posição, como, por exemplo, Bertrand Russell, que citei anteriormente como um antirrealista com relação às entidades. Russell fez um enorme esforço em mostrar que termos inobserváveis como *eletrons* não denotam entidades, mas são como que uma “abreviatura, via lógica, de uma expressão complexa que faz referência apenas a fenômenos observados” (HACKING, p.27 *apud* DUTRA, p.31).

É interessantíssimo aprender o que isso quer dizer. Basicamente, quando cientistas usam o termo *elétron*, eles não fazem referência a uma partícula microscópica, mas sim a um conjunto de fenômenos empíricos diretamente observáveis; como luz elétrica, choques, raios, e todos os outros que os físicos julgam ser decorrentes da partícula. Assim, termos sobre supostos inobserváveis se refeririam, obstante, sobre uma lista de observações empíricas reunidas sobre um só signo.

Podemos ver que assim se salvaria a verdade da teoria, pois que ela seria verdadeira sobre essa coleção de observações, segundo uma teoria da verdade como correspondência, mas que não haveria tal coisa como entidades não observáveis. Assumiu-se assim, um realismo de teorias e antirrealismo de entidades.

Vemos que estas ideias de Hacking não estão distantes dos três traços que apontamos acima. Observe que o que Russell faz ao postular sua interpretação sobre termos que fazem referência a inobserváveis é meramente aceitar uma visão não literal da linguagem da ciência, ou seja, negar o segundo “ingrediente” do realismo científico quanto aos inobserváveis. O que não quer dizer que ele o faça em relação aos observáveis.

Podemos perceber que o conceito de *verdade aproximada* dos realistas é uma tentativa de escapar do rótulo de ingenuidade, por exemplo, quando falamos de entidades. Por mais que um realista esteja disposto a afirmar que a linguagem da ciência deve ser interpretada literalmente, e que logo deve haver no mundo algo como elétrons, ele poderia, não obstante, negar veementemente que é inteiramente verdade que elétrons sejam exatamente da forma que as teorias os descrevem. Afinal, se afirmar que há entidades de tal e tal forma e que esta é a verdade última sobre este fato, então não há a possibilidade de erro, e logo, não há teoria que descreva melhor, e muito menos algo como progresso científico. Para evitar isso,

assume-se que a teoria tem uma verdade *aproximada* sobre estas entidades, possivelmente mais verdadeira que outras teorias. Ainda sim, se for um realista de entidades, está disposto a afirmar que há alguma entidade lá, por mais que acertemos somente a verdade aproximada sobre ele.

Putnam (1975a p. 73 *apud* DUTRA, 1993, p.50) chamou a atenção, para o fato de que, se há entidades inobserváveis, e as teorias aceitas são aproximadamente verdadeiras (e mais que as anteriores) e interpretadas literalmente, então o mesmo termo pode muito bem se referir a mesma entidade, mesmo que em teorias diferentes. Ora, se teorias científicas referem, e se referem a objetos no mesmo mundo, então elas devem se referir as mesmas entidades, mesmo que em teorias diferentes.

De fato, como veremos, muito do esforço do antirrealismo se voltou a tentar formular maneiras de interpretar a ciência que aceitassem a sua capacidade preditiva, mas que ao mesmo tempo negassem a inflação ontológica das teorias científicas que vimos no último século, especialmente em “termos quânticos”, seguindo uma tendência um pouco nominalista da filosofia analítica de evitar entidades metafísicas. Agora iremos nos debruçar sobre estas sombras que pairaram sobre esse capítulo e que não foram agarradas até agora. Espero esclarecer adiante qualquer dúvida que possa ter permanecido sobre este termo que ainda não trabalhei, a saber: o antirrealismo.

1.2 Antirrealismo Científico

Assim como no caso do realismo científico, há também interpretações ingênuas sobre o antirrealismo, uma das quais eu mesmo assumia. Para evitar que outros caíam no mesmo erro, pretendo apontar os erros que julguei mais costumeiros.

Para começar, farei como no capítulo anterior e mostro uma citação que julgo ser uma visão ingênua sobre o antirrealismo:

No final do século 20, as humanidades tomaram o rumo em direção a desconstrução pós-moderna e a crença que não há realidade objetiva para ser descoberta. Acreditar em tais cândidas noções como o progresso científico era ser culpado de “cientismo”, devidamente dito com deboche. (SHERMER, M. 2015, p.67, tradução nossa)

Pretendo mostrar mais adiante, dependendo fortemente no livro *The social construction of What?* de Ian Hacking, que aceitar uma posição antirrealista nada

tem a ver com aceitar uma posição construtivista sobre a ciência, o que será importantíssimo quando analisarmos a posição de Weber.

Porém, antes disso, precisamos nos debruçar sobre este conceito, que é o antirrealismo. Começemos assim: visto que o realismo é definido por aqueles três traços (ou ingredientes), que apontei no capítulo passado, somado a divisão proposta por Hacking sobre realismo de teorias e de entidades; o antirrealismo se define de forma negativa, ou seja, negando um, ou mais de um, dos cinco aspectos apontados acima. Assim, um antirrealista ou nega (1) o comprometimento com a existência de um mundo independente da mente, e/ou (2) o comprometimento em avaliar teorias científicas literalmente e/ou (4) como verdadeiras ou falsas, e/ou nega que (3) devemos ver as teorias como constituindo conhecimento (5) tanto de observáveis quanto inobserváveis (CHAKRAVARTTY, §32). Veja que o antirrealista pode o ser sobre somente um dos cinco pontos apontados, e quanto tudo o mais permanecer aceitando os argumentos do realista.

O ponto (1), ou a posição que podemos dizer que defende um *realismo metafísico*, parece ser o mais fácil de responder. De fato, seria muito difícil encontrar antirrealistas contemporâneos que negassem a existência de um mundo externo. Negar que há tal mundo seria uma posição mais próxima do que tradicionalmente se chamou *Idealismo*, a doutrina que é normalmente representada com Berkeley (DUTRA, 1993, p.41), enquanto que o antirrealismo contemporâneo está muito mais próximo do que se chamou de *nominalismo*. Se a disputa fosse sobre esse ponto, então só haveria realistas na discussão (p.47). Mesmo Thomas Kuhn, parece ser um realista metafísico (ainda que sustente teses antirrealistas) em algumas passagens da *Estrutura das revoluções científicas*:

Embora o mundo não mude com a mudança de paradigma, depois dela o cientista trabalha em um mundo diferente [...] estou convencido de que devemos aprender a compreender o sentido de proposições semelhantes a essa. (KUHN, T., 2013. p.214)

Dutra deixa bem definida esta diferença ao apontar:

[O] *realismo metafísico* [é] a doutrina oposta ao idealismo, que diz respeito a polêmica acerca da existência ou não do mundo exterior [...] [enquanto que] *realismo científico* [é] a doutrina que se opõe a nominalismo e/ou instrumentalismo (DUTRA, p.42, grifo nosso)

Ora, então como diferenciar uma posição nominalista de uma realista, se ambos concordam sobre este ponto? Acredito que podemos responder esta pergunta ao adentrarmos no segundo ponto, afinal, neste caso, essas duas posições terão muito do que discordar.

Quanto ao ingrediente (2), que tratarei aqui junto ao (5), as posições ficam bem delineadas. Para qualificar como um antirrealista neste ponto, é necessário negar que devemos interpretar a linguagem da ciência de forma literal, ou seja, negar que a linguagem da ciência denota algo. Esta posição se torna mais evidente quando falamos sobre inobserváveis. Como apontei no capítulo sobre realismo, Russell é muito interpretado desta forma. Afinal, afirmar que não há entidades inobserváveis é o mesmo que dizer que não há denotação direta para termos como elétrons. Vimos que Russell dá uma solução interessante para esse problema, ao afirmar que, na verdade, estes termos fazem referência a observáveis, o que parece ser o mesmo que dizer que fazem referência a um conjunto de fenômenos.

Aqui podemos ressaltar o caráter nominalista destes tipos de antirrealismo. Um realista estaria inclinado a aceitar que a própria natureza define o que é uma espécie natural, como por exemplo: o que são peixes. Ele estaria inclinado a defender que se passamos de uma teoria que classifica baleias e golfinhos como peixes, para uma que os classifica como mamíferos, então estamos avançando para uma teoria mais verdadeira, ou mais próxima de como o mundo é. Caso contrário, afirme que estas classificações não são sobre a essência dos objetos, não são *de re* (como o realista), mas sim *de dicto*, ou seja, meras convenções, então está assumindo uma posição antirrealista. Para o antirrealista, entidades inobserváveis e espécies naturais caem em uma categoria de objetos que são somente recortes do mundo, e não como se o mundo viesse embrulhado em fatos e nós o cortamos nas juntas cada vez mais precisamente, como quereria um realista do tipo estrutural (realista quanto a estrutura inerente do mundo) (DUTRA, p.39-40). Se passamos de uma taxonomia biológica para a outra, não é necessariamente porque acertamos com maior precisão as dobras do mundo, mas porque isso nos garante certas virtudes que julgamos que a ciência tem, como maior previsibilidade.

Espero ter mostrado que os tipos de antirrealismo são mesmo múltiplos, afinal, estes termos que denotariam inobserváveis podem ser muitas coisas: conjuntos de observáveis (Russell); poderiam ser tomados como metáforas; interpretados como ficções (van Fraassen); e a lista pode continuar, caso quisermos. Mas temos de concordar que, ainda assim, é uma posição que se distancia do que chamaríamos de Idealismo.

Para ser um antirrealista, também se pode negar um dos traços (3), o epistemológico, e (4), sobre a verdade das teorias. Ora, algumas leituras do trabalho

de Thomas Kuhn fazem dele um antirrealista neste ponto (3), quando chamam a atenção para certos aspectos do seu conceito de incomensurabilidade entre paradigmas; o que Giere chamou de *incomensurabilidade linguística* (que ele contrapõe à incomensurabilidade metodológica, na qual os padrões para julgar a verdade de asserções são irreconciliáveis). Segundo Giere, Kuhn afirma com este conceito que “o *sentido* dos termos em paradigmas diferentes são diferentes e intraduzíveis entre si”⁵ (2006, p.83). Com este debatido conceito, Kuhn é por vezes lido como um autor que nega que há tal coisa como progresso científico. Nesta leitura, paradigmas novos substituiriam os antigos, renovando os problemas, mas evitando progresso.

Essa leitura um tanto grosseira é desmentida pelo próprio Thomas Kuhn em seu posfácio de 1969 para a obra *A estrutura das revoluções científicas*, onde ele diz:

As teorias científicas mais recentes são melhores que as mais antigas no que toca à resolução de quebra-cabeças nos contextos frequentemente diferentes aos quais são aplicadas. Essa não é uma posição relativista e revela em que sentido sou um crente convicto do progresso científico. [...] Não tenho dúvidas de que a mecânica de Newton aperfeiçoou a de Aristóteles e de que a de Einstein aperfeiçoou a de Newton enquanto instrumento para a resolução de quebra-cabeças. Mas não percebo, nessa sucessão, uma direção coerente de desenvolvimento ontológico. (KUHN, T., 2013, p.318-19).

De fato, Kuhn aqui nos diz que há progresso científico, porém ele é díspar ao que convencionalmente se entende. Quando ele diz que não há uma direção a um “desenvolvimento ontológico”, está assumindo que as teorias científicas não são melhores porque são mais aproximadamente verdadeiras (ou porque atingem melhor a ontologia do mundo), mas sim, porque resolvem melhor certos problemas, e talvez, ainda melhor os problemas antigos. Afinal, teorias que se propõem como capazes de suplantam as anteriores tem que obedecer a certos critérios que as fazem melhores, como: maior exatidão nas predições, maior número de diferentes problemas resolvidos. Há também valores menos importantes, porém ainda relevantes como: simplicidade, alcance, compatibilidade (Ibidem). Ora, então há progresso e há conhecimento, mas ele não é da mesma forma que o realista julga ser, a saber: cada vez mais aproximadamente verdadeira sobre como o mundo é, ou sobre o que “está realmente aí” (Ibidem).

⁵ No original “the linguistic interpretation is that the *meanings* of terms in different paradigms are different and no intertranslatable”

Vimos então que Kuhn tem uma convincente rejeição do traço (3). Agora podemos tratar do ingrediente (4). Vimos que este se refere à verdade das teorias, então, para assumir uma posição antirrealista neste ponto, deve-se negar que as teorias são verdadeiras, ou melhor, negar que devemos avaliar as teorias como verdadeiras. Dutra, comentando as considerações de Newton-Smith, aponta duas posições que seriam casos paradigmáticos dessa postura: o instrumentalismo semântico e o instrumentalismo epistêmico.

O segundo afirma que as teorias científicas podem ser verdadeiras ou falsas, mas é irrelevante considerá-las como tais, é suficiente que sejam bons instrumentos de cálculo e que se mantenham consistentes com as observações (1993, p.33). Ou seja, para esta posição, assumir que as teorias são verdadeiras ou falsas “não desempenha nenhum papel em nosso entendimento da natureza das teorias ou do crescimento da ciência” (Newton-Smith, 1981, p.29-30 *apud* DUTRA). Este instrumentalismo ainda aceita uma linguagem literal da ciência e também aceita que as teorias são capazes de serem verdadeiras ou falsas, somente julga que é dispensável fazê-lo (DUTRA, p.34). Mas o primeiro tipo, o *instrumentalismo semântico*, sustenta que as teorias “não devem ser nem mesmo pensadas como verdadeiras ou falsas” (Ibidem). Assim, para este, as teorias são absolutamente instrumentos de cálculo, com objetivo de sistematizar dados (ou observações) e simplesmente derivar outros (a fim de gerar previsões), mas em nenhum momento se assume que os termos teóricos tem referência (ou seja, negam também o traço 2 do realismo), e muito menos que podemos avaliar a verdade das teorias.

Segundo o dicionário de filosofia de Stanford, alguns filósofos do círculo de Vienna seriam representantes do instrumentalismo, entre eles os empiristas lógicos (Carnap e Hempel) (§33), ou pelo menos o eram quanto aos inobserváveis; afinal, assumiram, pelo menos no início, que asserções sobre inobserváveis não são nem ao menos candidatos para a verdade ou falsidade.

Com tudo isto esclarecido, podemos dizer que esta discussão também se aplicaria às ciências humanas. Afinal, poderíamos nos perguntar sobre a realidade de entidades (ou instituições) como o Estado, ou então o Império Romano. Há, sobre isso, muito que se debater. Nesse sentido, mesmo que fora de nossos propósitos, seria até possível dizer que Weber é um antirrealista sobre estas entidades. Ele provavelmente negaria que há uma entidade como o Estado e, devido ao seu individualismo metodológico (RINGER, 2004, 156-7), afirmaria que quando

falamos sobre o ‘Estado’ não estamos denotando uma entidade maior do que a soma das partes dos seus constituintes, mas sim um conjunto de pessoas, em grande parte burocratas, que “reivindica com êxito o *monopólio legítimo* da coação física” (WEBER, 2012, p.34). Estaríamos reduzindo um conceito de maior abstração, um macroprocesso, aos seus componentes observáveis, diversos microprocessos. Se é próprio de Weber uma argumentação desta é muito discutível, e apesar de ser o propósito originário desta pesquisa, os objetivos agora são outros, e não me prolongarei sobre isto.

De fato, muito da discussão acerca de realismo e antirrealismo ocorreu com base em alguns problemas chave na filosofia da ciência. Como vimos, muita discussão ocorreu sobre os inobserváveis, mas talvez um dos mais importantes seja sobre o que se chamou de teorias da aceitação, cuja pergunta central é a de “quando devemos aceitar uma teoria científica?”. Uma resposta a essa pergunta pode ser dada de várias maneiras, e dependendo de onde se encontra um autor no debate acima, ele deverá dar respostas consistentes com a sua posição; responderá de forma diferente o que são as virtudes de uma teoria; proporá soluções diferentes para alguns problemas chave, como o dos inobserváveis, ou da subdeterminação da teoria pela empiria. A seguir veremos que o construtivismo também tenta responder esta pergunta, mas, como espero ser capaz de convencê-lo que o faz sem recorrer nem a realismo e nem ao antirrealismo.

1.3 O Construtivismo segundo Hacking

Como espero ter apontado, a citação que coloquei no início da seção passada (de Shermer na revista *scientific american*) nada tem de exemplar em relação ao conceito de antirrealismo, por outro lado é um convite para o que discutiremos aqui. Podemos perceber que ele diz que no final do séc. 20 as humanidades “tomaram o rumo em direção a desconstrução pós-moderna e a crença [de] que não há realidade objetiva para ser descoberta” (p.67). Pretendo mostrar, me apoiando fortemente em Ian Hacking, que perguntar-se sobre a existência de entidades ou sobre a verdade das teorias científicas (sobre realismo e antirrealismo), é uma atitude desassociada daquela que se pergunta sobre construção social de algo. E

sigo Hacking, também ao apontar que dizer que algo é construído socialmente não é o mesmo que dizer que não é algo real, ou objetivo.

Ian Hacking publicou o seu livro *The social construction of What?* com o objetivo de exterminar alguns mal-entendidos que ocorriam durante a disputa entre certos cientistas, como Alan Sokal, e certos historiadores e cientistas sociais que defendiam o construtivismo social. Esta disputa ficou conhecida como a *Science Wars*.

O nome do seu livro é deveras conveniente, já que ele nos convida justamente a fazer esta pergunta, e buscarmos saber exatamente o que é que se diz ser construído socialmente. Alguém suficientemente ingênuo poderia afirmar que *tudo* é socialmente construído, afirmando um construtivismo global sobre toda nossa experiência no mundo, e conseqüentemente caindo em uma posição de relativismo epistêmico global, o que seria pouco defensável (BOGHOSIAN, Paul, 2012, p.158). Mas Hacking pretende defender outro tipo de asserções, aquelas que são locais (afinal, explicações locais podem ser independentes umas das outras e podem fugir de contradições), e para isso, propõe que nos perguntemos justamente o que é alvo destas pesquisas, o que quer dizer “X é construído socialmente”. (HACKING, I., 1999, p.6).

Para Hacking, afirmar essa frase é o mesmo que dizer que “(1) X não precisava existir, ou não precisava ser absolutamente como é. X, ou X como é atualmente, não é determinado pela natureza das coisas; não é inevitável”⁶ ou ainda de maneira mais forte “(2) X é suficientemente ruim como é” e ainda mais forte “(3) Nós estaríamos bem melhor se nos livrássemos de X, ou ao menos se fosse transformado radicalmente” (Ibidem). Ou seja, dizer que algo é construído socialmente é afirmar uma tese sobre a contingência desta coisa.

De fato, o grande tumulto que esta ideia causou, levando as *science wars*, não ocorreu quando se afirmou que certas relações sociais eram socialmente construídas; afinal, afirmar isto é redundante, se são relações *sociais* é de se esperar que sejam *socialmente* construídas (p.12), pois são resultado de processos históricos. Afinal:

[O fato de que] um pedaço de papel seja dinheiro é um fato socialmente construído [...] pois é necessariamente verdadeiro que ele só poderia ter se

⁶ No original: “(1) X need not to have existed, or need not be at all as it is. X, or X as it is at present, is not determined by the nature of things; it is not inevitable. (2) X is quite bad as it is. (3) We would be much better off if X were done away with, or at least radically transformed.”

tornado dinheiro ao ser usado de certas maneiras por seres humanos organizados como grupo social (BOGHOSSIAN, p.36).

O que não quer dizer que certas relações sociais não sejam julgadas como inevitáveis, tornando estudos deste tipo sobre elas altamente recomendáveis. Com isso o estopim se deu, não quando afirmaram que gênero, instituições, classificações, bancos, dinheiro, eram construídas socialmente, mas sim quando se afirmou que certos objetos de estudo das ciências naturais o eram.

Não estou interessado em mostrar porque se deu tamanha discussão sobre esse assunto, apenas quero sustentar a defesa de Hacking de que é possível dizer que “X, sendo X um objeto de estudo das ciências naturais, é socialmente construído”, sem afirmarmos que X não é objetivo (HACKING, p.62), ou que X não existe e é mera ilusão.

O que me parece ser o ponto distintivo de Hacking, é aquele sobre uma distinção entre Formas de conhecimento (*Forms of knowledge*, ou esquemas conceituais) e o conteúdo do conhecimento (*Contents of Knowledge*). A ideia é a de que perguntas sobre coisas no mundo fazem sentido somente dentro de certo contexto (p.164), que surge de um processo histórico, o qual pode ser dividido em diversos passos em que agentes tomam decisões que poderiam muito bem ter sido outras (p.165), ou seja, é um contexto contingente de sentido. A ideia é de que não era necessário que a ciência tenha se desenrolado de tal e tal jeito, e que é muito bem possível que, havendo uma pequena alteração em alguma decisão anterior, tenha se desenvolvido de outra forma, com outros problemas e outras possíveis perguntas. Mas o importante é que, uma vez feitas as perguntas, suas respostas já são determinadas. Assim “dada as perguntas, o conteúdo pode ser fixo. Mas quais perguntas farão sentido, não é predeterminado”⁷ (Ibidem, tradução nossa). Assim, Hacking define as formas de conhecimento como:

um conjunto estruturado de *possibilidades* de sentenças declarativas, as quais podem ser verdadeiras ou falsas, junto com técnicas para discernir quais são verdadeiras e quais são falsas. [...] [são como] classes de perguntas possíveis sobre algum assunto, [...] [cujo] alcance de possibilidades muda por todo tipo de razões⁸ (p.170-3, grifo e tradução nossa).

⁷ No original: “Given the questions, the content may be fixed. But what questions will make sense is not predetermined”

⁸ No original: “A structured set of declarative sentences that stand for possibilities, that is, sentences that can be true or false, together with techniques for finding out which ones are true and which ones are false [...] Classes of possible questions bearing on some subject matter, and that ranges of possibilities change for all sort of reasons.”

Veja-se que as formas não são outra coisa que um contexto onde certas declarações farão sentido, um contexto que determina o que é passível de ser pensado; enquanto que o conteúdo do conhecimento será, justamente, estas sentenças declarativas capazes de serem verdadeiras ou falsas. Hacking mesmo admite que sua postura é verificacionista neste sentido (p.171), e que então não há nada de subjetivo, em oposição a objetivo, no conteúdo do conhecimento. E até defende que a tese sobre incomensurabilidade de Kuhn é sobre a forma e não o conteúdo do conhecimento (p.172). Pretendo mostrar ainda posteriormente, que o argumento de Weber sobre a neutralidade axiológica pode muito bem ser interpretado segundo essa separação forma/conteúdo. Mas por enquanto, veremos um pouco mais sobre construtivismo, pois julgo que ainda não argumentei sobre a diferença entre o construtivismo e os dois conceitos anteriores (realismo e antirrealismo).

Para Ian Hacking, há três pontos em que o construtivismo causou desconforto, que inflou ao ponto em que houve uma grande polêmica no final da década de 1980 e até o final da de 90, que é hoje chamado de vários nomes, entre eles: *Science wars*. O primeiro (1) deles é o da tese da contingência. Segundo ela, quando um autor construtivista afirma que “quarks são socialmente construídos”, ele não está afirmando que os objetos no mundo (os quarks eles mesmo) são construídos, mas sim que a *ideia* de quarks poderia ser construída (p.68), o exemplo aqui é tirado de Andrew Pickering. Realmente, para Hacking, este autor não está somente afirmando que esta ideia se deu no desenrolar da história, mas sim que, durante seu desenvolvimento, houveram muitos momentos onde se poderia ter tomado outro rumo (p.69). E então, que não estava pré-determinado que a física fosse de tal e tal forma, muito pelo contrário, poderíamos ter outra física, muito diferente, que seria igualmente capaz de resolver os mesmos problemas tecnológicos, e que tivesse um grande poder de previsibilidade. Talvez até mesmo outra física que formulasse conclusões que seriam contraditórias com a que usamos, mesmo que ambas usassem o que poderia se chamar de “método científico correto” (COLLINS, H. 1981, p.6-7, *apud* GIÉRE, R. 2006, p.8)

Esta tese não assume declarações sobre a verdade das teorias ou então sobre como o mundo real é (HACKING, p.70), o que ela defende é simplesmente que dado um certo estágio de alguma pesquisa, não está predeterminado o que acontecerá depois, e logo, não sabemos como a teoria seguinte será, nem quais

instrumentos serão necessários para testá-la, e assim por diante (p.73). Nem mesmo “como o mundo é” determinaria a evolução da ciência, poderíamos ter uma física que não falasse em quarks. Curiosamente, é possível sustentar esta tese, e ao mesmo tempo aceitar que, por mais que haja diversos caminhos, cujas bifurcações são contingentemente resolvidas, poderia haver uma teoria última que seria a junção de todos os caminhos (p.78), uma teoria mais próxima da verdade. Ora, mas a beleza que Hacking chama a atenção é que podemos aceitar a tese da contingência e permanecer agnósticos quanto ao realismo e o antirrealismo sobre a ciência, ela é “consistente com qualquer metafísica”⁹ (p.79-80, tradução nossa), ponto também defendido por Ronald Giere (2006, p.10) que inclusive aponta que antirrealistas como Van Fraassen podem desgostar fortemente desta tese, a de contingência.

O segundo (2) ponto é o de Nominalismo, que proponho aqui chamar de Agnosticismo estrutural, a fim de que não haja confusão com o que descrevi anteriormente sobre o nominalismo e o antirrealismo. Chamo-o assim, pois que Hacking o contrapõe ao que ele chama de *estruturismo inerente* (*Inherent structurism*). Segundo esta tese (de agnosticismo estrutural), “nós não devemos *explicar* porque certas pessoas acreditam em *p* dizendo que o fazem porque que *p* é verdadeiro”¹⁰ (HACKING, 1999, p.81, tradução nossa). Ora, no nosso dia a dia ouvimos muito este tipo de justificativa, muitas vezes se referindo a ciência, com jargões de “foi provado que X” ou “está cientificamente comprovado que Y”.

A ideia é que não há nenhum problema em afirmar que os fatos da ciência são universais ou eternos, o problema surge ao assumirmos que eles são absolutamente verdadeiros sobre o mundo e que devemos aceitá-los justamente porque são verdadeiros. De fato, é muito difícil aceitar uma teoria simplesmente porque ela é verdadeira; geralmente, o que nos convence a aceitar uma teoria é que ela tem boas justificativas, afinal, mesmo que muito improvável, uma teoria pode ser verdadeira por pura sorte. Podemos ilustrar isto com um exemplo dado pelo autor:

Alguém acredita que o universo começou com o que, por laconismo, chamamos de big bang. Uma grande quantidade de razões assegura essa crença agora. Mas depois que tu listaste todas as razões, tu não deves adicionar, como se fosse uma razão adicional para acreditar no big bang, “e é verdade que o universo começou com um big bang.” Ou, “e é um fato” [...]. [a teoria] foi amplamente aceita em 1973, quando fora visto que se adequava aos novos fatos descobertos sobre a radiação cósmica de fundo [...] Na verdade algumas pessoas começaram a acreditar a teoria somente

⁹ No original: “Formally consistent with any metaphysics”

¹⁰ No original: “We should not *explain* why some people believe *p* by saying that *p* is true”

porque se adequava aos fatos recentemente descobertos. Isso explica porque mudaram de opinião ¹¹ (p.81-82, tradução nossa).

Hacking chama a atenção para o fato de que essa afirmação não tem nada de peculiar ao construtivismo (p.82). Poderia muito bem ter sido feita por qualquer pessoa, inclusive um cientista, desde que se negasse a aceitar algo em razão de ser essa coisa verdadeira.

Ora, afirmar que podemos justificar a aceitação de alguma teoria porque sabemos que ela é verdadeira, seria o mesmo que dizer que temos padrões externos de observação para avaliar se a teoria é verdadeira. Como se disséssemos simplesmente “Veja!”. Além de que, se um cientista assume que sabemos que há tal coisa como Big Bang, porque sabemos que isso é verdade, tomando-se verdade no sentido absoluto, ele está negando que possa haver alguma teoria melhor (ou mais aproximadamente verdadeira, se for o caso) que prove o contrário, afinal, já sabemos como é. Naturalmente, alguns cientistas acreditam que há uma estrutura inerente no mundo, cuja tarefa da ciência é descobrir e então apontar a verdade sobre aquele assunto; mas seria um pouco ingênuo que afirmassem que sabemos como a estrutura é porque sabemos que é verdade que é assim. Não devemos apelar à justificativa de que sabemos exatamente como é a estrutura do mundo para explicar como sabemos que ela é de tal e tal forma.

Entendido isso, podemos dizer que a tese do Agnosticismo estrutural, é justamente aquilo que o nome indica ser, uma postura agnóstica sobre a estrutura do mundo. Pode ser que saibamos aproximadamente como ela é, e pode ser que não, de qualquer jeito o ponto ainda se mantém de pé. Afinal, esta não é necessariamente uma defesa antirrealista, pois que o antirrealista assume que não há tal coisa como inobserváveis; enquanto que o construtivista de Hacking, em minha interpretação, não precisa assumir postura nenhuma sobre a existência de tais entidades. Ou seja, pode-se ser um antirrealista ou um realista quanto à estrutura inerente do mundo, ao mesmo tempo em que se é um construtivista sobre a ciência.

¹¹ No original; “Someone believes that the universe began with what for brevity we call a big bang. A host of reasons now support this belief. But after you have listed all the reasons, you should not add, as if it were an additional reason for believing in the big bang, “and it is true that the universe began with a big bang.” Or, “and it’s a fact” [...] [the theory] was widely accepted in 1973, when it was seen to fit the newly discovered facts about the uniform background radiation [...] indeed some people came to believe the theory just because it fit the newly discovered facts. That explains why they changed their minds.”

Finalmente, vamos ao terceiro (3) ponto, sobre as explicações da estabilidade da ciência: Para o construtivista, explicações sobre a estabilidade da ciência envolvem, pelo menos em parte, fatores que são externos ao *conteúdo* (p.92), ou seja, fatores que fazem parte daquilo que chamamos de *forma*. Assim, dependendo da forma de conhecimento que há em certa época, somente certas descobertas serão possíveis, as perguntas possíveis serão determinadas historicamente (p.87). São as perguntas que são determinadas, as respostas (ou conteúdo) por outro lado, uma vez feitas, não necessitam de explicações históricas para funcionar. Afinal, cientistas não precisam saber como surgiram as equações de Maxwell (historicamente) para perceber que se aplicam formidavelmente ao mundo físico, e que, aparentemente, continuarão se aplicando bem indefinidamente (Ibidem). Mas o ponto do construtivista, como apontei, não se refere ao conteúdo, mas sim à forma.

Ora, a forma é em grande parte determinada culturalmente, por fatores externos a ciência, sejam eles financiamento, ideologias, indústrias, demandas políticas, etc. E admitida certa forma, as formas subsequentes serão determinadas por aquelas que vieram anteriormente. Por exemplo, se o governo investe enormemente em pesquisas bélicas, ele favorecerá certas formas de conhecimento (certas perguntas possíveis¹²) que respondem a problemas bélicos; e, em consequência, pesquisas posteriores, cujos propósitos não são bélicos, preferirão usar daquele conjunto já pronto (de certas equações, resultados, técnicas, ferramentas e até expressões linguísticas) que surgiu na primeira pesquisa, por simples facilidade. Ninguém voltará à pesquisa anterior, e a repetirá de outra maneira, por simples questão de custo. Assim, certos problemas se tornaram parte integrante da ciência, por questões que não dizem respeito somente a conjunturas e refutações, mas sim por questões econômicas.

O exemplo de Ian Hacking é o de Bruno Latour em *Laboratory Life* (p.175). Em seu livro, Latour narra sua pesquisa em um laboratório de endocrinologia. A pesquisa do laboratório se voltava para descobrir certo hormônio, o qual se julgou determinante de alguns processos no hipotálamo. De fato, na divulgação do resultado da pesquisa, diz-se terem *descoberto* o tal hormônio. Mas alguns detalhes interessantes do livro de Latour mostram algumas práticas reveladoras. Francamente, o que se fez foi *sintetizar* o tal hormônio, e mostrar que ele passava

¹²que poderão gravitar em torno de quão explosiva uma certa bomba deve ser para certos propósitos, ou quão perto devemos chegar de algum alvo para atingir nossos objetivos, etc.

em certos testes que seriam determinantes para identificá-lo, testes que se esperava darem tal e tal resultado. Depois disso, foi declarada acabada a pesquisa, e por simples questão de custo, ninguém jamais realizará novamente a pesquisa, ou procurará o tal hormônio de novo. Agora, este hormônio sintetizado (o TRH) é uma ferramenta usada em laboratórios do mundo todo. Tornou-se forma de conhecimento.

Julgo esse exemplo muito elucidador sobre como certos acontecimentos históricos, por vezes até internos a ciência, podem determinar a forma de conhecimento subsequente, e determinar quais resultados serão mais duradouros. O hormônio sintetizado pode não ser o hormônio que se procurava, mas ele tornou-se parte do conhecimento científico, e chegou para ficar, tornou-se estável. Um fator externo, custo, esforço e investimento, determinou a estabilidade de certo conhecimento, por determinar a forma.

De forma brilhante, Hacking tenta rebater a um argumento que se opõe a este, que ele nomeia de argumento do Cardápio, segue-se assim:

Nós não temos como pagar (ou comer) todas três entradas: carne, peixe, e vegetariano. Então nós nos decidimos em uma, mas as nossas escolhas não afetam o cardápio. Escolher carne hoje não traz consequências para [a escolha] de peixe amanhã, ao menos que o gerente não comprou peixe suficiente, então decidiríamos por carne novamente. Mas este defeito pode ser curado em mais um dia, e o cardápio é restaurado. (p.166, tradução nossa¹³)

Ora, acredito que o exemplo sobre Latour ainda se mantém de pé. Afinal, apresenta um caso em que a escolha de pesquisa por certo conhecimento, que quando atingido de certa maneira, determinou quais são os possíveis futuros candidatos a conhecimento no futuro, pois determinou a forma do conhecimento futuro sobre certo assunto. Poderíamos dizer que atravancou outros candidatos a conhecimento em outros futuros mundos possíveis (p.167). Assim, aceitando se a tese (1) junto com a tese (3), pode-se muito bem aceitar um tipo de “path dependence” histórico na produção do conhecimento científico (GIERE, 2006. p.9).

Observa que estes dois pontos, (1) de contingência e (3) de estabilidade da ciência, são ambos sobre a forma do conhecimento e não sobre o conteúdo, o que a torna muito diferente da discussão sobre realismo e antirrealismo, que é sobre o conteúdo. Já o ponto (2) sobre agnosticismo estrutural, me parece ser um ponto que

¹³ No original: We cannot afford (or eat) all three of the entrees: meat, fish, and vegetarian. So we settle on one, but our choice does not affect the menu. Choosing meat today has no consequences for fish tomorrow, unless the restaurateur did not purchase enough fish, guessing we would go for meat again. But that defect can be cured in one more day, and the menu is restored.

não é nem ao menos peculiar ao construtivismo, poder-se-ia assumi-lo e não assumir um construtivismo, mas achei importante colocá-lo por ser costumeiramente adicionado aos outros dois, e por ser também um ponto de distanciamento da discussão sobre realismo/antirrealismo.

De fato, muito da produção literária do construtivismo se dedicou a estudar os cientistas *in situ*, e assim, se dedicou a prática dos cientistas, seu comportamento, seus discursos, diálogos, uso de ferramentas, ao que poderia se chamar, quiçá, de pragmática científica. Enquanto que a discussão sobre realismo e antirrealismo, é uma discussão majoritariamente semântica, sobre a denotação das teorias, ou sobre seu valor de verdade. O ponto deste capítulo foi justamente este, mostrar que podemos analisar semântica e pragmática separadamente.

CAPÍTULO SEGUNDO:

o contexto intelectual do argumento de Weber

No próximo capítulo pretendo apresentar uma interpretação do argumento da neutralidade axiológica de Max Weber, que julgo análoga a da distinção forma/conteúdo de Ian Hacking, que vimos no capítulo anterior. Mas primeiramente faremos, neste capítulo, uma contextualização. Discutirei aqui a *Methodenstreit*, que é uma disputa entre intelectuais alemães sobre qual deveria ser o critério de demarcação entre as ciências da natureza e as ciências humanas e, então, qual deveria ser o método das ciências humanas; depois, desenvolverei a solução que Wilhelm Dilthey propôs para este problema da demarcação; finalmente, a solução posterior de Wilhelm Windelband e Heinrich Rickert, a qual influenciou muitíssimo a Weber. Como veremos, o argumento de Weber surge como uma resposta, e para alguns especialistas (como Fritz Ringer) foi até um fechamento, ao que se chamou na época de *Methodenstreit*, comumente traduzido como “guerra do método” ou “controvérsia do método”, da qual trataremos logo depois de um pequeno prelúdio.

2.1 A Methodenstreit

A tradição das ciências humanas alemãs, por volta de 1800, gravitava em torno do conceito de *Bildung* (cultivo e autodesenvolvimento pessoal), para os autores desta época, um bom historiador deveria seguir dois princípios para alcançar sabedoria histórica: o *princípio de empatia*, que postulava que o estudioso deveria se “colocar no lugar” do agente histórico que queria compreender, e buscar reviver, ou reproduzir (o termo é *Erleben*), por empatia aquelas vivências que não podia nem ser comunicadas nem validadas; Já o *princípio de individualidade* era entendido como uma valorização do indivíduo, o qual era compreendido como único e detentor de um enorme potencial para a realização pessoal (RINGER, 2004, p.21).

O autor da época, que posteriormente seria veementemente criticado por Weber, que representava bem estes ideais, era Karl Knies. Para ele não havia tal coisa como um estudo da economia separado de estudos políticos, institucionais, culturais, e qualquer outro que fosse produto histórico (p.24). As humanidades não deveriam se dedicar a procura de leis gerais, muito pelo contrário, deveriam estudar o que ele chamou de “forças espirituais na história” e na integração entre economia e o contexto cultural em que ela se encontra (Ibidem). Afinal, a economia era somente mais uma faceta, das muitas outras, do tipo de interação social de um povo. Para Knies, a atuação de causas nas ciências humanas não era universal, mas sim sujeitas a contextos culturais determinados, sempre “sujeitas à variabilidade introduzida pelo elemento pessoal”, e que poderíamos realizar analogias onde faltassem tais leis (p.25-6). Finalmente, o historiador deveria sempre considerar o valor da liberdade humana.

Knies era considerado o representante da “antiga” escola histórica alemã, e posteriormente a tocha seria passada para Gustav Schmoller, ícone da “jovem” escola histórica alemã, que se tornaria uma das figuras centrais da *Methodenstreit*. A figura oposta da querela do método foi Carl Menger, protagonista da escola austríaca, e que era um dos precursores da teoria da utilidade marginal, a qual viria a ser uma das escolas de economia mais influentes. Há certa convenção entre os especialistas de que a disputa realmente pegou fogo com a publicação de um artigo de Menger, em 1883, atacando a escola histórica, e posteriormente uma resposta em 1884 de Schmoller, e logo depois, no mesmo ano, uma réplica de Menger (BRUUN, H., 1972, p.81 & RINGER, 2004, p.27).

De forma geral, era uma disputa entre duas perspectivas diferentes sobre as ciências humanas, cada uma defendendo posições opostas sobre que os objetivos, assuntos, e métodos deveriam ser admitidos. O lado de Schmoller defendia que o objetivo das ciências interpretativas era entender o significado da ação humana e seus artefatos. O assunto deveria ser textos, e seu método deveria ser voltado a validar suas interpretações e seus sentidos (*Meanings*) (OAKES, 1998, p.294). Enquanto que o outro lado, o de Menger, defendia que o objetivo das ciências humanas era de explicar regularidades sociais por meio de generalizações. O seu assunto trabalharia com certos fatos sociais de causa (até então) desconhecida. E seu método não seria diferente daquele das ciências naturais, pois que, para Menger, não deveria haver distinção metodológica entre elas e as ciências sociais (Ibidem). Afinal, Menger argumentava que nem mesmo nas ciências naturais as regularidades são sempre tão exatas, e que “a lei do gás ideal é de fato ‘ideal’ e as leis do movimento ignoram, significativamente, o atrito” (RINGER, 2004, p.28).

Apesar de tantas diferenças, a guerra do método se centrou principalmente na questão de se “teoria pura” (pura no sentido de abstrata) tinha lugar nas ciências econômicas (BRUUN, 1972 p.81). De fato, Gustav Schmoller, assim como o fundador da sua escola, Knies, aceitava que havia regularidades empíricas no campo da economia, o que ele negava era que elas podiam ser identificadas ou então formuladas segundo “teoria pura”. Afinal, para ele os fenômenos econômicos eram determinados por outros fatores sociais não econômicos, e qualquer lei abstrata sobre a economia não conseguiria abarcar o peso da explicação destes fatores (Ibidem). Ao invés disso, a ciência da economia deveria se dedicar a estudar detalhadamente a história da economia, e, quiçá, “por algum meio de indução, chegar a [...] conceitos centrais e ao entendimento de regularidades na economia” (BRUUN, 1972, p.82). Para ele, conceitos bem definidos sobre o mundo da economia estavam no final da análise histórica e não no começo. Já para Menger, apesar de aceitar que há valor em investigações históricas, recusava-se a aceitar algo como uma “história de minúsculos” (*historische Mikrographie*), e defendia que se deveria trabalhar a partir de indispensável “teoria pura” antes de qualquer análise minuciosa.

De fato, o sucesso das ciências naturais, especialmente o crescimento da biologia, nesta mesma época, provocou um forte golpe sobre o historicismo alemão, o que quer dizer que a balança pendia mais para o lado de Menger, e a situação se

tornava um pouco alarmante para Schmoller (p.83). Naturalmente, a situação era tão preocupante que até mesmo Weber em seu texto sobre a objetividade do conhecimento nas ciências sociais, publicado vinte anos depois, chamou a atenção para o quanto o êxito das ciências biológicas fazia a balança pender para o lado mais positivista, cito

Quando a biologia moderna conseguiu englobar igualmente os elementos da realidade que nos interessam *historicamente* [...] dir-se-ia que, sobre todas as ciências, pairava ameaçadoramente o crepúsculo dos deuses de todas as perspectivas axiológicas. [...] parecia impossível conceber um trabalho científico que não fosse a descoberta de *leis* do acontecer em geral (WEBER, 2006, p.66)

Mesmo que houvesse esse aperto para a escola histórica, acredito que é importante ressaltar que o positivismo não era algo muito bem visto no meio intelectual da Alemanha da época. Havia poucos, se é que havia algum, positivistas confessos (RINGER, p.30), pelo menos antes do Círculo de Viena, e os alemães entendiam por este conceito muito mais as ideias sociológicas de John Stuart Mill e Herbert Spencer do que as pouco difundidas obras de Auguste Comte na Alemanha de 1800-1900. O que não impede que haja grande número de pessoas que delatavam os outros como “positivistas” com base em poucas evidências. Aparentemente, os suspeitos de positivismo eram geralmente alguns marxistas ortodoxos (Ibidem).

2.2 A Solução de Dilthey

As tentativas de resolver a disputa do método começaram no mesmo ano em que houve o clímax da discussão (1883) e seu pioneiro foi Wilhem Dilthey (BRUUN, p.83 & RINGER, p.36). Dilthey propôs resolver a disputa por meio de uma solução para o problema da demarcação. O problema da demarcação pode ser entendido como uma tentativa de taxonomia das ciências, que intenta diferenciar (ou não) as ciências naturais das ciências culturais (ou históricas), de tal maneira que haja independência de discurso para ambas (OAKES, G., 1988, p.66.). Este problema filosófico foi muito discutido por Karl Popper em suas obras, e é chamado de ‘problema’ justamente porque não há consenso quanto a sua solução.

A solução de Dilthey foi propor uma diferenciação ontológica entre os objetos das ciências naturais e das ciências da cultura. Haveriam de existir dois modos de existência distintos, dois tipos de matéria, um seria o mundo material, corpóreo, e o

outro o mundo da mente, espiritual, do *Geist* (traduzido literalmente como ‘espírito’) (p.67). Portanto, na visão de Dilthey, o método das ciências naturais se aplicava somente aos objetos de natureza física, mas não aos fenômenos espirituais, ao “*Geist*”, o qual necessitaria de um método próprio de intuição e empatia (o que Dilthey chamou de *Verstehen*, literalmente: compreender) (BRUUN, 1972, p.83). A demarcação se daria por haver objetos diferentes, requerendo cada certo método de estudo peculiar, seriam “dois pontos de vista diversos, não passíveis de serem subsumidos um ao outro” (DILTHEY, 2010, p,27).

De fato, Dilthey assumia que se poderiam estudar fenômenos psíquicos de forma natural, mas que ao o fazermos, não estamos estudando o espírito; pelo contrário, “quando essas transformações materiais penetram o sistema nervoso” (Idem), estamos estudando fenômenos materiais “de fora para dentro” (Idem), estamos estudando o sistema nervoso, e não o espírito. Enquanto que ao estudarmos o espírito o apreendemos diretamente, sob intuição, o que chamou de “percepção interna”. Dilthey negou que se pudessem fazer os dois ao mesmo tempo “a percepção interna e a apreensão externa nunca tem lugar no mesmo ato, e, por isso, o fato da vida espiritual nunca é dado simultaneamente para nós com o nosso corpo” (Idem). Por isso, deveríamos nos dedicar a como que vivenciar um complexo de “sensações atuais, lembranças, antecipações, percepções, intenções” de algum outro indivíduo, a fim de retermos algo como sua “estrutura intelectual” ou seus “padrões de pensamento” (RINGER, p.37-8). Realmente, a solução de Dilthey se concentrou fortemente na psicologia, a qual parecia para ele uma fonte de acesso segura ao *Geist*, e era justamente a base da formação do espírito da época que se desejava estudar (DILTHEY, p.47).

2.3 A Solução de Wilhelm Windelband e Heinrich Rickert

Muitas pessoas atribuem a Dilthey a maior influência na sociologia compreensiva de Max Weber, mas há um consenso entre os especialistas de que ele se inspirou muito mais nos trabalhos de Heinrich Rickert, Wilhelm Windelband, Georg Simmel, e o pouco citado Emil Lask (RINGER, p.39-45 & BRUUN, 2012, p.xix), dois dos quais eram muito amigos dele (Simmel e Rickert), e que facilmente encontramos nas notas de rodapé das obras de Weber.

De fato, há grande discussão na literatura sobre quanto Weber deve a Rickert no que tange os seus trabalhos metodológicos (BRUUN, 1972, p.95). Há também uma interessante anedota a qual se passa algumas semanas depois da morte de Weber, em que Karl Jaspers (o filósofo alemão), tendo se reunido com Heinrich Rickert, conversava sobre seu falecido amigo em comum. Aparentemente, nesta conversa Rickert deve ter aludido a Weber como seu pupilo e lamentou a futura pouca influência que o trabalho de Weber teria, e eis que Jaspers respondeu que ninguém jamais leria o trabalho de Rickert, que ele seria lembrado somente como “aquele sujeito que se encontra nas notas dos trabalhos de Weber”. Aparentemente, as relações entre os dois se tornaram mais ríspidas depois deste acontecimento (OAKES, 1988, p, 9-10). Julgo que esta anedota é de fato ilustradora, Jaspers acertou em cheio, não é preciso procurar muito para visitar qualquer livraria e ver que há muitas mais obras de Max Weber na prateleira do que de Heinrich Rickert, especialmente no Brasil, onde não há nem ao menos uma tradução em português.

A motivação dos autores pertencentes a este braço das ciências históricas se deu principalmente por causa de algumas afirmações de Kant na sua *Crítica da razão pura*. Segundo a leitura que Windelband faz de Kant, declarações sobre a história são contingentes e particulares, e justamente por isso não se classificam como conhecimento científico, por falta de validade geral e necessidade que proposições científicas deveriam obter. Windelband argumentou que este era o ponto que a obra de Kant mais precisava ser revista, era necessário ir além de Kant (OAKES, p.43). Windelband afirmou que o característico da história é justamente este, que seus eventos são únicos, não passíveis de reprodução, o que os tornam “*individuais*”. E de fato, nosso interesse nestes fenômenos se dá justamente porque nos lhe atribuímos valor, e para ele, só atribuímos valor sobre *individuais* (termo que esclarecerei mais adiante). Assim, há uma diferença entre o conhecimento que busca certas relações abstratas gerais, como leis e comportamento, e o conhecimento de *individuais* que busca conhecer o que é que torna este objeto único (p.44 & HABERMAS, 2005, p.11-12), o primeiro chamou de *Nomotético* (nomothetische) que procura leis gerais, o segundo de *Ideográfico* (idiographische) que busca demonstrar o que é distintivo (BRUUN, 2012. p.xviii).

Esta classificação se distancia da de Dilthey, justamente por não diferenciar ontologicamente os objetos de estudo. A diferença é de postura e não de objeto (p.xix & OAKES, 1988, p.45 & RINGER, p.46). Podemos, em princípio, estudar tanto

pedras ou água sob forma ideográfica quanto a mente ou eventos históricos sob forma de leis (nomológica). Poderíamos então imaginar que há como que uma escala que parte de um estudo completamente Nomotético até a outra extremidade que seria completamente ideográfico sob um mesmo objeto, seja ele físico, natural, ou uma instituição, a procissão de Cristo, ou o planeta Saturno. Podemos perceber que esta taxonomia se diferencia da de Dilthey não só sobre a ontologia das áreas, mas também no fato de aceitar que ciências humanas poderiam muito bem aceitar certas leis e modelos no seu procedimento (EKSTROM, 1992, p.113). Como veremos, Weber intentou uma ciência social que fosse tanto “explicativa” quanto “interpretativa”, ou seja, que fosse tanto nomológica quanto ideográfica, mas que buscasse, devido a sua posição neste espectro leis-compreensão, certa concepção de causalidade diferenciada das ciências naturais (p.108).

Podemos dizer que a solução por separação ontológica de Dilthey foi rejeitada por Windelband e Rickert nos seguintes três critérios: (1) não temos razões para supor que o conhecimento histórico é possível somente em termos de uma “percepção interior”, ou empatia; (2) A legitimidade epistêmica desta tal faculdade de “percepção interior” é altamente dubitável, e não é de nada claro como empatia pode constituir conhecimento; (3) e julgaram que a “psicologia é uma anomalia e um constrangimento para a solução ontológica, pois não pode ser classificada sem ambiguidade nem como ciência natural e nem como histórica” (OAKES, 1988, p.47, tradução nossa ¹⁴). Além de que podemos ter dúvidas se a demarcação ontológica não desmoronaria em certo positivismo (p.69), pois que, se o estudo do espírito é dubitável, simplesmente não o estudaremos, e assim, permaneceremos com o método que confiamos, o das ciências naturais.

A grande contribuição de Rickert para essa demarcação foi definir exatamente qual deveria ser o método das ciências humanas, e como entender uma epistemologia que fosse capaz de abarcar as ideias de Windelband, sem cair em uma divisão ontológica como Dilthey.

Rickert intentou defender que a realidade é infinita e que todo tipo de conceitualização da realidade captura somente certos aspectos, e nunca é capaz de reproduzi-la por completo (BRUUN, 2012, p.xix & RINGER, p.45 & OAKES, 1988, p.53). Como veremos, a realidade é para ele irracional, no sentido de que só

¹⁴ No original: “Psychology is an anomaly and an embarrassment for the ontological solution, because it cannot be unambiguously classified either as natural science or as historical science”.

“preservaria sua integridade somente na experiência vivida não verbalizada” ¹⁵ (HABERMAS, 2005, p.11). Ela é infinita em dois aspectos: (1) porque há, em princípio, um número infinito de partes em que um evento, ou os elementos que o compõem, pode ser dividido. Assim, não há a segurança de que se formos suficientemente escrupulosos não haverá partes que deixamos de tratar (chamada, por Rickert, de infinidade quantitativa), e então não temos como decidir qual é o elemento último, ou o mais simples, de um evento. E (2) não podemos nunca ter uma experiência exaustiva ou consciência completa destes aspectos (O que chamou de infinidade qualitativa) (OAKES, 1988. p.54). Ambas as teses se aplicam a tanto os fenômenos naturais quanto os mentais ou psicológicos. Afinal, todo evento mental pode ser analisado em infinitos estágios, e não é possível abarcar, de forma finita, tudo que um indivíduo já viveu, pensou, teve esperança de, e assim por diante. Realmente, essa declaração é muito menos sobre a ontologia do mundo, e muito mais sobre nossa consciência sobre mundo. Pois que, negando certo realismo transcendental, Rickert defendia que “tudo que é dito existir, é obtido somente como um fato da consciência” (RICKERT, p.29-30 *apud* OAKES, p.56)

Rickert parece negar, segundo Guy Oakes, uma teoria da verdade como correspondência (ou como chama, uma teoria do conhecimento como imagem, que ele atribui a David Hume). De fato, supõe-se que se a nossa linguagem corresponde à realidade, deveríamos ser capazes de reproduzir certas propriedades da realidade a partir da linguagem. Rickert o nega por acreditar que não é possível reproduzir a realidade, pois que conceitos são finitos e a realidade é infinita, e não conseguiríamos completar a imagem que fazemos da realidade com o que falta, afinal, não conseguiríamos abarcar tudo que falta, e nem ao menos decidir o que é que está faltando para realizar a correspondência (OAKES. p.56-58)

Explico-me melhor, se digo que é verdade que “o meu coelho branco está no quintal” se e somente se o meu coelho branco está de fato no quintal, então eu tenho que ser capaz de identificar o que é o “coelho”, “branco” e “quintal”. Para isso, como a realidade é infinitamente complexa, eu devo escolher o que é “coelho”, por exemplo, de uma lista infinita de características. Se o faço, então não há garantia de que as características que escolhi serão suficientes para que alguma outra pessoa seja capaz de identificar o que é o coelho, afinal, um “coelho” poderia ser infinitas

¹⁵ No original: “perseverait son intégrité que dans l’expérience vécue non verbalisée”

outras coisas. E logo não há como julgar uma correspondência como verdadeira, pois não teríamos os critérios para isso.

Por isso Rickert defendeu que não há como julgar fatos que ocorrem fora de nossa consciência, e por isso defendeu uma tese muito mais fenomenológica do que um realismo metafísico (ou transcendental). Para ele, o conhecimento é ainda possível segundo conceitos que simplificam, reconstituem, e transformam a realidade, baseados nos interesses cognitivos que se esperam deles. Seria necessário definir o que é considerado interessante e essencial de saber primeiramente, quais são os “valores teóricos” que devemos satisfazer (p.71). Assim, teríamos um critério de seleção sobre o mundo para formação de conceitos, mas não para a reprodução, sobre certos aspectos que julgamos de certos interesses cognitivos (p.62), e declarações seriam julgadas verdadeiras ou falsas se atendem ou não a estes interesses.

Observe-se que, se o conhecimento é determinado por interesses cognitivos, então Rickert tem um argumento para a diferença entre o conhecimento das ciências naturais e as ciências humanas: elas se dedicam a interesses cognitivos diferentes e então requerem métodos diferentes. O propósito das ciências naturais seria de estabelecer leis da natureza, através de remodelações da realidade que reduzem sua complexidade sob os interesses de compreensibilidade sistemática (p.64), a realidade se torna “natureza” quando é conceitualizada sob os interesses destas ciências (p.68). Ora, Rickert acreditava que a ciência natural tinha tanto êxito justamente porque não buscava reproduzir a realidade por completa (de forma concreta), não se preocupava em conhecer as qualidades e os fenômenos únicos responsáveis pela sua irracionalidade, mas sim relações universais e sistemáticas que para ele nada tinham de perceptual, e logo, nada de real (p.65). Rickert defendia que, por este grau de abstração, que é necessário a elas, as ciências naturais estavam mais afastadas do mundo real do que as ciências humanas:

o progresso nas ciências naturais é também determinado pela crescente sofisticação do processo de abstração. Quanto mais as leis da natureza se tornam gerais, mais poderosas se tornam as explicações, e então as ciências naturais avançam. Mas enquanto as leis se tornam mais gerais, seus conceitos se tornam mais abstratos. O que quer dizer que se tornam cada vez mais destituídos de conteúdo perceptivo e, desta forma, crescentemente distanciados da realidade. (OAKES, p.65).

Ora, daí que sabemos de onde vem o nome da famosa obra de Rickert, *Os limites da formação de conceitos nas ciências naturais*¹⁶, que se refere justamente a quais são esses limites, a saber: a individualidade de um fenômeno e as suas qualidades perceptivas. Afinal, propriedades perceptivas de alguma entidade, como as sentimos em nossa experiência, são espaço-temporalmente únicas e não repetíveis, e as diferenciam de qualquer outra entidade. Uma ciência do espírito deveria ser, segundo o método ideográfico, capaz de produzir conhecimento sobre tal experiência única. Se as ciências naturais não conseguem nos explicar o que foi a defenestração de Praga, a não ser dizendo que alguém jogou outra pessoa pela janela em 1618 (o que é muito tautológico), então deve haver alguma ciência, com outro interesse cognitivo, que seja capaz de nos apontar o que foi este evento histórico, no caso as ciências humanas.

Então qual é o interesse cognitivo das ciências humanas? Ora o argumento de Rickert, para definir seu objeto, se segue em cinco passos: (1) *Indivíduos* (entendido aqui como pessoas ou eventos), no sentido mais comum, são únicos; (2) Mesmo assim, nós não entendemos todos os fenômenos como insubstituíveis. Muito pelo contrário, se algum fenômeno não é de nosso interesse, ele se torna objeto de conhecimento sob forma de conceito geral (para a ciência da natureza), mesmo que em potencial toda realidade pode qualificar como individual. (3) Um fenômeno é também chamado *indivíduo* quando é coerente e indivisível em virtude de sua especificidade (*uniqueness*). (4) a individualidade não é definida como referência a todas as propriedades de um fenômeno, afinal, seria impossível, dada a infinidade da realidade, anteriormente assumida. Não obstante, definimos a sua individualidade em virtude de certas propriedades que julgamos indispensáveis para sua coerência e indivisibilidade. E finalmente (5), precisamente porque vemos estes fenômenos como insubstituíveis, é que eles são de interesse para nós (OAKES, p. 74-75).

Mas ainda não ficou explicado, qual é o critério que torna certas propriedades indispensáveis a algum indivíduo. É então que finalmente entramos no que Rickert, e em seguida Weber, chamou de relação com valores (no original *Wertbeziehung*, traduzido no inglês com *value relevance*). Podemos adicionar que (6) *Indivíduos*, como aqui entendemos, só podem ser conceitualmente entendidos como indivíduos históricos (ou culturais) se estão conectados a valores, ou têm alguma relação com

¹⁶ *Die Grenzen der naturwissenschaftlichen Begriffsbildung*

valores (BRUUN, 2012, p.xix & OAKES, p.78). Ou seja, para haver os conceitos das ciências históricas (para falar de *indivíduos*) tem de ter como critério alguma relação com valores. Eis o que torna possível selecionar certos aspectos como relevantes para estas ciências.

Assim, dizemos que há relação com valores em certa pesquisa não só quando os atores históricos estudados fazem algum comprometimento com certos valores, o que pode ser feito em texto, fala, ou até em conduta (p.78). Mas também quando esta relação com valores tem alguma conexão com os interesses teóricos do historiador, que determinam o que será objeto de estudo (ou o que é de interesse da ciência). Sigo um exemplo de Hans Bruun: Quando Jacob Buckhardt chamou certo período da história italiana de “A renascença”, porque eram dados como importantes certos valores na época, não só criou um conceito analítico, mas também estabeleceu uma relação de valores com o que aconteceu no passado e os presentes interesses valorativos do historiador (2012, p.xx). Ou seja, o historiador tem de se comprometer com certos valores teóricos, para delimitar seu objeto (um *indivíduo*), e daí selecionar o que é relevante para compreender este objeto segundo estes valores.

De fato, Rickert assumiu, através do que Oakes caracterizou como um argumento transcendental (p.108), que os valores capazes de provocar esta relação com valores, eram (metafisicamente) objetivos (BRUUN, p.xx), ou então que havia normais culturais transcendentemente válidas (RINGER, p.59). Para ele, certos valores, mesmo que de forma não demonstrável, eram incondicionalmente válidos, o que tornava as ciências históricas igualmente objetivas as naturais (p.51).

Há uma grande discussão entre os autores especializados sobre quanto Weber deve a Rickert nas suas obras. De um lado se sustenta que Weber era um discípulo de Rickert, posição na qual encontramos autores como Guy Oakes e Thomas Burger; e do outro em que se defende que Weber nunca deu muita importância aos problemas epistemológicos de Rickert, tese defendida por Ringer, Runciman e H. H. Bruun (RINGER, p.59). Não obstante, acredito que é de pouca importância desenvolvermos esta querela, pois que há um núcleo comum que julgo ter desenvolvido adiante.

CAPÍTULO TERCEIRO:

Max Weber e o Construtivismo

Neste capítulo investigaremos a perspectiva de Weber sobre as ciências humanas, sua defesa do uso de Tipos Ideias e como eles são constituídos, seu argumento sobre a neutralidade axiológica e sobre a objetividade do conhecimento nas ciências sociais. Veremos também algumas críticas a forma de demarcação das ciências em Weber.

3.1 A Sociologia Interpretativa-Explicativa de Max Weber

O que podemos afirmar é que a sociologia de Weber deve muito a Rickert pelo menos pela sua fundamentação, e pela sua solução do problema da demarcação, seja na divisão entre as duas ciências e seus métodos, seja na ideia de que a realidade é infinita (WEBER, 2006, p.53)

De modo original, Weber se propõe a fazer o que se chamou de uma sociologia interpretativa-explicativa, que não é outra coisa que uma sociologia que assumisse ser ideográfica sem deixar de lado contribuições nomológicas. Ou seja, uma sociologia que busca compreender, e que usa como recursos certas leis e conceitos de causalidades próprias das ciências humanas (EKSTROM, 1992, p.113). De fato, no seu texto sobre a objetividade do conhecimento nas ciências sociais, ele enfatiza este aspecto. Critica o positivismo ao afirmar que “o conhecimento de leis sociais não é um conhecimento do socialmente real [afinal, como vimos, o conhecimento Nomotético é abstrato, e distancia-se do real], mas unicamente um dos diversos meios auxiliares que o nosso pensamento utiliza”, ou seja, ele ressalta a necessidade do uso de regularidades como um meio para o

estudo; e propõe que “nenhum conhecimento dos acontecimentos *culturais* poderá ser concebido senão com base em sua *significação*” (Weber, 2006, p.57)

Também na máxima de Weber que inicia sua obra póstuma *Economia e Sociedade*, afirma que Sociologia “significa: uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos” (WEBER, 2012, p.3). De fato, não há consenso na literatura se há alguma primazia sobre um dos tipos de análise sobre o outro, ou seja, se os objetos são definidos compreensivamente e depois os explicamos causalmente, ou se depois de explicar as ações sociais causalmente devemos nos dedicar a realizar uma hermenêutica sobre a cultura que estudamos e compreender seu espírito (EKSTROM, 1992, p.110). O que temos certeza é que Weber usa os dois, e que esta taxonomia ele deve aos seus colegas, entre eles Heinrich Rickert.

Parece-me que, para Weber, não havia nenhum problema em assumir que podemos usar de dois tipos de explicações diferentes para um mesmo fenômeno, mesmo que respondam a interesses cognitivos diferentes. Afinal, ambos contribuiriam para nosso entendimento do que foi aquilo que estudamos.

3.2 Tipos Ideais e os Modelos científicos

Naturalmente, os *tipos ideais* de Weber são a chave para entender o aspecto Nomotético de sua sociologia. Para defini-los recorro fortemente a discussão sobre modelos científicos de Ronald Giere em *Scientific Perspectivism* e Luiz Henrique Dutra em *Pragmática de Modelos*.

Segundo Ronald Giere uma teoria científica é composta de três elementos: 1) Certos princípios gerais com pouca ou nenhuma aplicação empírica direta, como as três leis fundamentais da dinâmica de Newton; 2) Modelos, como modelos matemáticos, ou modelos científicos, que fazem a ponte entre os outros dois elementos; 3) algum aspecto do mundo, que será investigado (GIERE, 2006, p.60), ou para não usarmos um termo com esta carga metafísica poderíamos afirmar somente um sistema concreto.

Os princípios gerais são formulações linguísticas que não tem referência direta com o mundo, eles são altamente abstratos, como definições. Afinal, seria um pouco estranho dizer que as leis de Newton se referem diretamente a objetos do

mundo, pois poderíamos perguntar quais os objetos materiais que são descritos por essas formulações tão abstratas, e o que exatamente se quer dizer com seus termos. Para Ronald Giere, estes princípios só poderiam se referir a outras entidades abstratas, como os modelos.

Os modelos são também entidades abstratas, mas estes exibem em geral de forma mais específica os princípios de uma teoria e a forma como eles se relacionam, às vezes de forma matemática. Assim, modelos devem ser capazes de organizar os princípios gerais (ou certos enunciados nomológicos) em forma de leis, ou de um comportamento dentro desse sistema. Um exemplo seria dizermos que na mecânica clássica o princípio geral chamado de “segunda lei de Newton” é expresso em um modelo como ‘ $F=ma$ ’, fórmula que instancia uma lei, ou comportamento, do sistema na física que diz que ‘ F ’ se relaciona com ‘ m ’ e ‘ a ’ de certa maneira. O fato de os modelos instanciarem um comportamento, que poderia ser expresso em leis, é o que se chamou de seu caráter nômico.

De fato, aqui caracterizamos um modelo da física, mas um modelo científico poderia ser qualquer entidade abstrata (abstrato no sentido de que não se localiza no tempo ou espaço) que (1) instancia certos enunciados nomológicos (ou seja, exibe um comportamento explícito em regularidades), (2) capaz de servir de base para criação de outros modelos, e (3) também capaz de ser similar a sistemas concretos (DUTRA, 2013, p.261 & p.276) ou então comparado com outros modelos. Com ‘sistema concreto’ entendo aquele terceiro elemento da teoria científica: algum aspecto do mundo (ou um fenômeno) que exibe um determinado comportamento que queremos entender melhor. Quando digo que os modelos são similares a sistemas concretos, quero dizer que modelos procuram exibir o mesmo comportamento que os segundos, mesmo que não seja composto das mesmas entidades.

É necessário que o modelo seja capaz de projetar outros modelos mais específicos (e nesse sentido, menos abstratos), pois que quanto mais específico for, mais facilmente ele será comparado com o sistema concreto (GIERE, p.63-65), afinal, os modelos definidos pelos princípios gerais seriam demasiadamente abstratos para serem identificados com aspectos do mundo. Entendo que um modelo maximamente similar a um sistema concreto e um modelo maximamente abstrato são dois pontos extremos entre uma escala repleta de modelos que serviriam de pontes entre os dois, que especificam (ou abstraem, se caminarmos

no sentido contrário) cada vez mais para cada nível que subimos (ou descemos) na escala; e quanto mais abstrato o modelo, menos ele pode ser considerado similar a um sistema concreto.

Retomando a diferença entre um sistema concreto e um modelo satisfatoriamente similar a ele é simplesmente de certa idealização do sistema concreto. Isso quer dizer que se busca com esse modelo “representar” o sistema concreto, mas também eliminar aspectos do fenômeno que não interessam para analisar seu comportamento. A física é repleta de exemplos: quando tomamos duas bolas caindo para representar os efeitos da gravidade, o modelo físico não se interessa com as cores das bolas, ele lida somente com certas idealizações que exibem o mesmo comportamento, como dois corpos/pontos.

Vejo aqui uma semelhança enorme com a discussão de Rickert, e consequentemente de Weber, sobre a ciência. Rickert defendeu, como tentei mostrar, que há dois *modus operandi* no trabalho científico, o Nomotético e o ideográfico, e imagino que Weber procurou defender que nem as ciências humanas são completamente ideográficas, e nem as ciências naturais completamente nomológicas. Afinal, se queremos entender um fenômeno, não há porque não usarmos todas nossas ferramentas. Não obstante, Weber defendeu que se quisermos trabalhar de forma nomológica (ou explicativa, como ele diz) no conhecimento histórico devemos fazê-lo de uma maneira que seja mais fortuita as ciências humanas. No caso, Weber o fez por atribuir em seus modelos conceitos de *causa* diferentes daquele que é geralmente atribuído a David Hume e às ciências naturais (EKSTROM, 1992, p.113). O seu conceito de “causa singular” é muito debatido na literatura (RINGER, 2004, p.71), mas julgo que aqui podemos nos abster de discuti-lo, devido às pretensões deste trabalho. Por isso nos atemos aos *tipos ideais*, entendidos como modelos. Acredito que esse a discussão anterior ajuda a exemplificar como o tipo Ideal de Weber aparenta ser um modelo, ideia defendida por Hans Bruun (2012. p.xxiv), como ele o define:

Obtida mediante a acentuação *em ideia* de determinados elementos da realidade. Sua relação com os fatos empiricamente dados consiste apenas em que, onde quer que se *comprove* ou *suspeite* de que determinadas relações [...] chegaram a atuar em algum grau sobre a realidade, podemos *representar* e tornar compreensível pragmaticamente a *natureza particular* dessas relações mediante um *tipo ideal*. (WEBER, 2006, p.72)

Podemos muito bem entender um modelo como uma “acentuação em ideia de determinados elementos da realidade” já que assim temos uma entidade abstrata (ou cognitiva, se interpretada assim) que busca representar e explicar determinadas relações de um sistema concreto, ou não ideal (isto aparenta ser o caráter nômico do modelo, de exibir certo comportamento). Weber ainda parece mais próximo de apontar um modelo, quando afirma que a prática do historiador convém em “determinar, em cada *caso particular*, a proximidade ou o afastamento entre a realidade e o quadro ideal” (Idem), o que parece ser um exercício de testar a similaridade entre o comportamento de um sistema concreto e o modelo, como apontamos acima. Parece que a única restrição seria que, para Weber, como devemos estudar os fenômenos naquilo que lhes é mais singular, devemos evitar o excesso de abstração. Então modelos (ou tipos ideais) deveriam ser, talvez, constituídos de forma menos abstrata possível. Há limites quanto ao uso de modelos nas ciências humanas, que são diferentes daqueles das ciências naturais. Imagino que possivelmente Weber concordaria com isto.

De fato, quando um historiador define o que foi a Renascença ele está criando um tipo ideal que representa certas características, as quais julga serem essenciais para capturar conceitualmente alguma entidade histórica. Imagina também que a Renascença se relaciona de tal e tal modo com os objetos históricos que estudamos. Posteriormente ele deve analisar os registros históricos e verificar se seu conceito se aproxima ou se distancia daquilo que ele quer descrever.

Parece-me que Weber faz exatamente esse exercício em sua famosa obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Aqui se compara um sistema concreto, como o comportamento dos protestantes ascetas, com o tipo ideal (ou modelo) de ação do indivíduo protestante em relação com a ética de seu grupo, e se faz a mesma coisa com o capitalismo. Assim, Weber intentou demonstrar a relação (que ele denomina afinidade eletiva) entre esses dois tipos ideais dentro de um modelo de maior abstração, aquele que engloba estas duas coisas. Dito de outra forma, ele criou dois tipos ideais, cada um com certas características que julgou serem as mais importantes do que queria descrever, e mostrou que, entendidas desta forma, estes dois objetos se relacionam de tal e tal forma.

Ora, então como decidimos quais são as características “essenciais” que devemos dar destaque ao formarmos tipos ideais? É a resposta a esta pergunta que pretendo formular no seguinte seção.

3.3 O Critério de Constituição de Tipos Ideais

O argumento da neutralidade axiológica e o sobre a objetividade do conhecimento nas ciências sociais me parecem indissociáveis. Quando tentamos explicar um, acabamos recorrendo ao outro, *et vice versa*. Penso que devemos começar com o da neutralidade axiológica. Mas antes devo responder a pergunta que ficou em aberto no final da última seção.

Vimos que, segundo Rickert, os objetos das ciências humanas, ou os *indivíduos*, como ele os chamou, são constituídos de forma diferente das das ciências naturais, pelo fato de que ciências diferentes buscam responder interesses cognitivos diferentes. Vimos que Weber também assumiu esta posição, de que há interesses e propósitos diferentes para cada uma, a saber: o intuito das ciências naturais é de mapear a realidade confinada em conjunto de coordenadas nomológicas (um sistema de conceitos e leis universais e incondicionalmente válidas), ou seja, seu interesse não está em propriedades do real, propriamente dito, mas sim em um sistema de leis; enquanto as ciências do espírito se interessam em estudar fenômenos na sua individualidade, segundo o que os torna individuais, segundo seu sentido. (OAKES, 1988. p.22 & p.26).

Então para as ciências da cultura há objetos de estudo, há explanandum, desde que eles exibam *relações com valores*. Ora, esta tal relação com valores é entendida por Weber como uma relação entre o sentido atribuído a certo fenômeno e os valores do pesquisador (ou da cultura do pesquisador) que proporcionam este sentido (2006, p.30-31). Dito de outra forma, “uma descrição identifica certo item como um fenômeno cultural quando lhe é atribuído significado com relação a valores” ¹⁷ (OAKES, 1988, p.26). E para Weber significação cultural não pode ser derivada de leis: eis sua crítica ao positivismo.

Estes valores, que o sentido deve estar relacionado, não são os valores dos agentes históricos que estudamos, mas sim os valores do pesquisador, ou de sua cultura (WEBER, 2006. p.87):

os valores que definem relação com valores são “nossos” valores, e “nós” somos modernos cientistas ocidentais, que detêm os valores que definem o

¹⁷ No original: “an item qualifies as a cultural phenomenon when it falls under a description that defines the item by reference to such a meaning [value-relevant meanings]”

assunto [*subject matter*], os problemas, os objetivos, e os métodos das ciências da cultura. Cultura é definida por referência a significação cultural [*Kulturbedeutung*] e significado cultural é entendido como a significação que “nós” atribuímos a um fenômeno devido a relação que tem com os nossos valores. (OAKES, 1988, p.29, tradução nossa¹⁸).

Então a resposta de Weber para definir quais seriam as características “essenciais” que devemos destacar ao postularmos um tipo ideal, é que sejam delimitadas por relação com valores (WEBER, 2006, p.50-51), aqui entendidas como certas “interpretações filosóficas de interesses acadêmicos específicos, as quais determinam a *seleção* e a formulação de uma investigação empírica” (SHILLS, p.22 *apud* RUNCIMAN, 1972, p.38). Se não o fizéssemos, seria impossível haver conhecimento para tal ciência, pois foi admitido que a realidade é um complexo infinito de eventos com igualmente infinitas partes, e assim não saberíamos escolher as características para acentuar no momento de criar um tipo ideal.

Isso não quer dizer que o sentido subjetivo que os agentes históricos atribuíram a um fenômeno (seus motivos, intenções, crenças) não faça parte do estudo das ciências da cultura. Afinal, podemos recorrer a textos, palestras, obras de arte da época, para selecionarmos o que é importante de ser estudado. Mas é necessário dissociar os motivos subjetivos dos atores que participaram em certo evento histórico do o tipo ideal que usamos para estudá-los. Porque, como vimos, Rickert defendeu que a vida mental é também infinita, e um estudo histórico não poderia dar conta de estudar todos os motivos subjetivos dos agentes.

O tipo ideal busca destacar o que *nós* julgamos característico de certo fenômeno histórico, e assim, conferir-lhe um todo coerente, o que é muito diferente de dizer que os agentes históricos deveriam concordar com a caracterização que fazemos dele, ou que nosso tipo ideal representa exatamente aquilo que ocorreu (WEBER, 2006, p. 82). Weber nos alerta diversas vezes para não confundirmos o tipo ideal (o conceito) com a história (o real) (p.98). O exemplo de Weber é sobre o Cristianismo na idade média. Para ele:

todo os enunciados de uma “essência” do cristianismo constituem tipos ideais que sempre e necessariamente têm uma validade muito relativa e problemática se reivindicarem qualidade de enunciado histórico do empiricamente dado [do que foi realmente o cristianismo]. Por outro lado, possuem um elevado valor heurístico para a investigação, e um enorme valor sistemático para a *exposição*, se apenas forem utilizadas como meios

¹⁸ No original: “the values that define value relevancies are “our” values, and “we” are modern Western scientists, the bearers of the values that define the subject matter, problems, aims, and methods of the cultural sciences. Culture is defined by reference to cultural meaning [*Kulturbedeutung*], and cultural meaning is understood as the significance that “we” ascribe to a phenomenon because of its relevance to our values”

conceituais para *comparar e medir* a realidade em confronto com eles (WEBER, 2006, p.84).

Mas de fato, uma ciência da cultura não existiria caso não houvesse valores subjetivos dos atores. É necessário que os agentes históricos tenham ao menos uma vez dado sentido as suas ações, mesmo que não sejam exatamente elas que o historiador deve estudar. Assim, quando as ciências da cultura pesquisam sobre o cristianismo na idade média, nos entendemos que pretende falar de um conjunto de “artigos de fé, de normas éticas e de direito canônico, de máximas para o comportamento da vida, [etc]” (WEBER, 2006, p.82), mas que o faz por um tipo ideal que demonstra certas “relações particulares que nós combinamos numa só “ideia”” (Idem) por meio de relação com valores. De fato, usamos o tipo ideal para entender aquilo que certos sujeitos entendiam de certas coisas (o que ficou conhecido como uma dupla hermenêutica).

Por isso, podemos então concluir dizendo que um item tem significação para as ciências da cultura quando dois critérios são satisfeitos. (1) quando este item é objeto de sentido subjetivo (dos agentes históricos) e (2) quando está conectado com as relações com valores das ciências da cultura (OAKES, 1988, p. 32-3). Desta forma, é assim que se “fazem” objetos de estudo para as ciências humanas, segundo Weber.

3.4 O Argumento da Neutralidade Axiológica

Agora que entendemos como se constitui o objeto de estudo das ciências da cultura segundo Weber, nós podemos seguir em frente e dissecar o argumento da neutralidade axiológica. Este argumento, originalmente conhecido como o argumento da *Wertfreiheit* (literalmente, liberdade de valores), surgiu para resolver uma pendência na luta do método. Sobre se o pesquisador deveria ou não usar do seu trabalho para demonstrar a validade de certos valores práticos. Ou seja, se a ciência consegue provar que, em determinadas circunstâncias (políticas, econômicas, e outras mais), é necessário virar a esquerda ou à direita. Para Weber, a resposta é que não (BRUUN, 2012, p.xxi & WEBER, 2011, p.57,60). Weber acreditava que a ciência não é capaz de nos ensinar como viver, ou qual a melhor forma e viver (p.42), e que é um erro do cientista julgar que seus tipos ideais representam como o objeto *deva* ser (normativamente) (2006, p.84-5). Mas ao

mesmo tempo, a ciência não é uma reprodução do mundo ausente de valores (RINGER, 2004, p.126), não há uma análise científica independente de toda perspectiva particular (WEBER, 2006, p.43). Há valores envolvidos, mas onde? Acredito que o argumento pode ser dado da seguinte maneira

Há valores envolvidos na pesquisa científica das ciências da cultura, mas estes valores existem em um estado anterior a pesquisa, eles determinam o escopo e a forma da pesquisa e também não podem nem ser derivados nem testados pelos achados da pesquisa (os valores que causam relação com valores, *Wertbeziehung*). Em um segundo momento, a pesquisa não deve se propor a fazer valer (ou a dar o dever normativo de seguirmos) certos valores, não deve procurar demonstrar que certas atitudes são melhores que outras, ou qual delas é o modo correto de viver. (RUNCIMAN, p.37 & KALBERG, 2010, p.38). Tornar uma pesquisa livre de valores não é realizar uma pesquisa sem *relação com valores* (o que Weber julgava impossível nas ciências da cultura, como vimos na sua crítica ao positivismo), mas sim livrá-la de *juízos de valor* [*Wertungen*] (RUNCIMAN, p.58-9).

Juízos de valor são aqui entendidos como avaliações de ações, como boas ou ruins. Este argumento estaria de acordo com a afirmação de Spadafora de que os partidários de Weber estariam em grande parte se preocupando em realizar um estudo científico do social, voltado para estudar cuidadosamente os valores humanos, *sem* estarem livres deles (2013, p.14). Estando, assim, contrários às escolas positivistas alemãs do começo do século XX, mesmo que estes partidários enfatizassem o lado “explicativo”, (lembrando o caráter interpretativo-explicativo da sociologia de Weber), do seu programa que estava voltado para explicar a ação em termos de regularidades (Idem, p.15), ou melhor, como chamou, de “causas singulares”. De fato, até membros da escola austríaca de economia de Menger iriam adotar esta postura de Weber posteriormente, como foi o exemplo de Ludwig Von Mises (2007, p.10).

Acredito que podemos entender este argumento nos termos de Ian Hacking que apontei anteriormente, a saber: sua distinção entre Forma e Conteúdo do conhecimento. Penso que o argumento de Weber seja traduzível para os termos de Hacking. Podemos pensar que as relações com valores fazem parte da Forma, afinal, elas determinam as “perguntas possíveis” de uma pesquisa, e foi justamente assim que definimos as Formas. E que para Weber, o conteúdo do conhecimento deve estar livre de valores.

Assim, julgo que Weber poderia concordar que os valores da cultura do pesquisador determinam seus objetos de pesquisa, determinam todas as perguntas possíveis de uma ciência do espírito; e que depois que se iniciou a pesquisa, uma vez assumida a significação do objeto, postulados os tipos ideais, (ou seja, depois haver uma forma) é que o cientista deve trabalhar no conteúdo, o qual já não é historicamente determinado, e já não sofre a influência de valores; ao menos que o pesquisador queira se aproveitar para adicionar à pesquisa suas profissões de fé pessoais (WEBER, 2006, p.85), o que para ele, e muitos outros, era absolutamente condenável.

Penso que para observarmos mais afinidades, devemos seguir para o argumento da “objetividade” na seção seguinte.

3.5 O Argumento Sobre a Objetividade do Conhecimento nas Ciências Sociais

Para Weber, a dependência que as ciências humanas têm de valores (no caso, relações com valores) não é um empecilho para sua objetividade. Afinal, como vimos em Hacking, contingências nas formas de conhecimento não tornam o conteúdo do conhecimento contingente, ou pelo menos, não o abstém da sua objetividade. Mas como Weber desenvolve esta declaração? Aqui seguirei fortemente um artigo de Guy Oakes em que ele aponta o que julga ser central no argumento de Weber em seu texto “*A objetividade do conhecimento nas ciências sociais*”. Para ele o problema da objetividade se concentra em duas premissas do trabalho de Weber: (1) Relação com valores [*Wertbeziehung*] e (2) pluralismo de valores (OAKES, 1998, p.295-6).

Vimos que (1) relações com valores são formadas por um processo de intelectualização que conecta certos aspectos de valores subjetivos de agentes históricos, traduzidos para o discurso teórico das ciências da cultura como tipos ideais, a valores culturais dos pesquisadores. E vimos que os tipos ideais são determinados também pelos valores culturais dos pesquisadores, pois que somente assim adquirem significado para o pesquisador, e então, somente assim são objetos de pesquisa.

O que não vimos (2), é que Weber considera “a cultura como um mecanismo social que produz conflitos entre valores”¹⁹ (Idem & WEBER, 2006, p.63-4). E que esta luta entre os diversos valores da vida (seja científicos, políticos, estéticos, morais, etc), que existem em certas esferas culturais, as quais disputam entre si por ascendência em ordens institucionais, ou se tornem “vigentes” no léxico weberiano (WEBER, 2012, p.19), não pode ser resolvida. E como não há maneira de resolver este conflito entre valores, não há como assumirmos uma posição sobre um valor último, que seja mais certo que os outros (OAKES, p.296).

Finalmente, como há variação entre os valores adotados, então as *relações com valores* também são fluidas. Se elas são fluidas, então, como vimos, o quadro conceitual das ciências da cultura é também variável, pois que se julgaram tipos ideais diferentes como significativos em momentos diferentes (WEBER, 2006, p.59-60). Eis o que Weber chamou de a “eterna juventude” das ciências sociais (OAKES, Idem. & WEBER, p.95). Penso que todo este argumento pode ser encontrado com facilidade nas últimas quatro páginas do texto de Weber sobre a objetividade:

o fundamento da sua validade não deriva da própria matéria empírica. A “objetividade” do conhecimento das ciências sociais depende antes do fato de o empiricamente dado estar constantemente orientado por ideias de valor que são as únicas a conferir-lhe *valor* de conhecimento. [...] a realidade irracional da vida e suas significações *possíveis* são inesgotáveis, e a configuração *concreta* das relações valorativas mantém-se flutuante, submetida às variações do obscuro futuro da cultura humana. A luz emitida por essas ideias de valor supremas ilumina, de cada vez, uma parte finita e continuamente modificada do caótico curso de eventos que flui através do tempo. [...] um dia a coloração muda: torna-se incerto o significado dos pontos de vista adotados irrefletidamente, o caminho perde-se no crepúsculo. A luz dos grandes problemas culturais deslocou-se para mais além. Então a ciência prepara-se também para mudar o seu cenário e seu aparelho conceitual. (WEBER, 2006, p.104-6)

Mesmo que os conceitos mudem, e as pesquisas sejam muitíssimo diferentes, para Weber isto não um empecilho para sua objetividade. Todas estas mudanças são mudanças de Forma de conhecimento, e logo não interferem na objetividade do conhecimento produzido, como vimos: uma vez feitas as perguntas suas respostas já são bem determinadas. Da mesma maneira estes pronunciamentos não exibem nenhuma relação óbvia com os conceitos de realismo e antirrealismo do começo deste trabalho. De fato, a falta de pronunciamento de Weber sobre este aspecto (o de realismo) não é só uma característica recorrente em seu trabalho, mas também grande ponto de discussão na literatura (RINGER, p.59 &

¹⁹ No original: “culture as a social mechanism that produces conflicts between values.”

BRUUN, 2012, p.xxi & OAKES, 1988, p.36), e também a primeira motivação para este trabalho.

Acompanho Oakes (1988, p.36-7) aqui ao afirmar que Max Weber, a sua maneira e a seu contexto, estava antecipando algumas discussões e teses, que posteriormente seriam chamadas por Thomas Kuhn de problemáticas de paradigmas, ciência normal, e ciência revolucionária. Basicamente, ele está afirmando que pesquisadores ao propor uma problemática de trabalho normalmente estão admitindo certos valores não questionados, apesar de não inquestionáveis, que determinam a constituição do objeto, a definição de problemas de pesquisa, e os métodos apropriados de investigação, e, além disso, tomam a solução de problemas de pesquisa como um fim em si mesmo. Os cientistas podem até mesmo não saber que seu trabalho está ancorado em valores! De qualquer modo, esta “utopia baconiana da pesquisa científica não pode durar muito” (p.37).

Parece-me que ele aceitou todos os três pontos, ressaltados no capítulo sobre construtivismo, que causaram controvérsia, pelo menos sobre as ciências humanas. Aceitou que (1) há contingências na Forma de conhecimento, afinal, tanto para ele quanto para Hacking, elas são determinadas historicamente; mas no léxico weberiano poderíamos dizer que a prática científica pode levar a certas tomadas de decisão que alterem os valores culturais, dos quais dependem as *relações com valores*, que por sua vez determinam a pesquisa, e assim há mudanças na forma de conhecimento. Assim, para ele há tais contingências, que evidenciam o caráter histórico da Forma. Aceitou que (2) a estrutura que achamos que mundo tem não é necessariamente a que ele tem (se tiver alguma), o que para Weber era até impossível, dada a irracionalidade da realidade. (Penso que este ponto pode ser bem controverso, dado a falta de pronunciamento de Weber sobre este aspecto, como ressaltei dois parágrafos acima. O quanto Weber admitiu da teoria de Rickert é motivo de muita discussão, que não pretendo adentrar, mas que julgo que seria necessário para compreender este ponto). E também aceitou, pelo menos quanto as ciências da cultura, (3) que a explicação para a estabilidade da ciência pode ser dada, em grande parte, de forma externa a ciência. Ora, se é o arranjo dos valores no mundo da cultura que determinam a estabilidade da pesquisa nas ciências do espírito, ou pelo menos dos seus conceitos, então temos uma explicação muitíssimo externa da estabilidade.

Quanto à (1) e (2), me parece bem convincente dizer que Weber as aceitaria, pelo menos quanto às ciências humanas, e para isso, não precisa se pronunciar quanto a sua crença em realismo ou antirrealismo sobre a ciência.

3.6 A Solução Chinesa

Não obstante, Weber defendeu que esta consequência da sua concepção de ciências humanas não é um empecilho para sua objetividade. Defendeu que, mesmo que houvessem razões “subjetivas” para a formação de questões científicas, isto não seria problema para a objetividade das respostas (RINGER, p.128-9 & WEBER, 2006, p.63). Ou seja, afirmou que, por mais que haja contingências na forma de conhecimento, não a há no conteúdo (assim como Hacking), e para isso usa do que ficou conhecido como o *A solução chinesa* (OAKES, 1998, p.297), e segue-se assim:

Uma demonstração metodicamente correta [...] nas ciências sociais, para atingir seu objetivo, deve ser reconhecida como correta também por um chinês [...] [e o mesmo vale para] a análise lógica de um ideal [...] ainda que [os chineses] possam rejeitar o próprio ideal. (WEBER *apud* RINGER, p.128)

[Mesmo que lhes] falte o ouvido para nossos imperativos éticos e ele possa rejeitar, e certamente rejeitará, o próprio [tipo] ideal e as *avaliações* concretas que dele resultam, sem com isso afetar o valor científico dessa *análise* em pensamento. (WEBER, 2006, p.23-4)

Ora, Weber está aqui afirmando que, por mais que um chinês não concorde com o aparato conceitual, ou com as relações com valores necessárias para montá-lo, ele deverá concordar que: se aceitar estes valores como guias da investigação, inevitavelmente, aceitará também as conclusões da pesquisa feita, desde que ela seja uma pesquisa “metodicamente correta”. A afirmação me parece também se aplicar à maneira de Hacking, lembremos que, dada as perguntas, suas respostas são fixas (1999, p.165), dadas a Forma, o conteúdo é fixo. Para Weber, o resultado da pesquisa científica, nas ciências humanas, não varia de pessoa por pessoa (por isso sua objetividade), o que varia é o quanto achamos certas pesquisas interessantes (OAKES, p.297). Parece-me que para ambos, Hacking e Weber, há uma diferenciação entre os métodos e ferramentas conceituais [*begriffliche Hilfsmittel*] e a maneira como são utilizados: Na escolha, valores são decisivos; na maneira como são utilizados, devem obedecer às “normas de nosso pensamento” (WEBER, 2006, p.63).

De fato, poderíamos pensar em uma sociologia que buscasse exibir a relação com valores dos cientistas, que buscasse mostrar as influências de valores na forma de conhecimento das ciências humanas. Acredito que Pierre Bourdieu formulou algo como isso, ou pelo menos, uma sociologia que procurasse evidenciar, para os pesquisadores das ciências humanas, que se admitem certos valores na sua pesquisa, procurou criar um tipo de “vigilância epistemológica” (BOURDIEU, P., 2004, p.120, 123). Se Weber pensava que os sociólogos deveriam realizar uma dupla hermenêutica, ou seja, uma hermenêutica sobre a hermenêutica original que os sujeitos históricos realizavam sobre seus problemas, então me parece que Bourdieu propõe uma tripla hermenêutica, que procura mostrar os valores ancorados (ou as relações com valores) na pesquisa sociológica. Não por acaso a chamou seu livro de *Science de la science et reflexivité*.

Para ele tal sociologia da ciência deve tornar evidentes as condições sociais de possibilidade de exercício do pesquisador, e tem de lidar com um nível de complexificação da ciência que Weber jamais sonhou. Bourdieu aponta que, para fazermos isto, devemos proceder por três camadas. (1) devemos apontar o local na estrutura social em que um sujeito se encontra, ou seja, sua “origem, trajetória, a sua pertença e as suas adesões religiosas” (p.130). Tornar explícito (2) sua posição dentro do *campo*, ou seja, qual sua especialidade, em que país se encontra, a tradição da sua disciplina, as recompensas típicas desta posição, etc. E por último (3) “é necessário objetivar tudo o que está ligado à pertença ao universo escolástico, [...] [especialmente] à ilusão de ausência de ilusão, do ponto de vista puro, absoluto” (Ibidem). E tornar gritante tudo aquilo que há de contingente na Forma do conhecimento, que possa influenciar o andar da produção do conhecimento.

Veja se não é que Bourdieu desenvolveu maravilhosamente bem a ideia de uma sociologia da ciência, de forma que penso que Weber seria grande partidário dele.

3.7 Oakes sobre a Solução Chinesa

Guy Oakes encontra alguns problemas no argumento de Weber que julgo dignos de nota, ele aponta três. Como vimos, Weber defendeu que mesmo que a escolha dos conceitos é determinada por valores, há uma “lógica neutra de valores –

as normas de nosso pensamento – que determina como esses conceitos são usados para produzir interpretações e explicações” (1998. p.298) de algum evento. O exemplo de Oakes é sobre a guerra dos trinta anos europeia (1618-1648).

Para o autor, uma escolha de certa concepção da guerra implica em critérios para interpretação e explicação que sejam consistentes com esta escolha. Entender a guerra como um processo de confessionalização da Europa é inconsistente com uma historiografia que nega que ideias e forças religiosas sejam causas históricas. Ou seja, (1) certos critérios para explicação também exigem relação com valores (*Idem*, p. 298), e critérios de explicação são critérios de validade, logo a validade de uma explicação necessita de um compromisso com valores. Assim, o problema da objetividade não pode ser resolvido ao se distinguir conceitos (ou pelo menos tipos ideais) de seu uso.

O segundo problema é análogo ao primeiro. Se Weber defende que os conceitos são determinados por valores, então ele deveria aceitar também que os conceitos determinam quando a investigação termina, afinal, tipos ideais diferentes necessitam de conclusões diferentes. Então (2) os critérios de completude de uma investigação, ou seja, os critérios de quando uma investigação está completa, são também determinados por valores; e critérios de completude são critérios de validade de uma explicação, logo os critérios de validade de uma explicação são intrínsecos aos valores admitidos.

O exemplo segue assim: uma concepção confessional da guerra depende da aceitação prévia de que a investigação só será concluída quando certas variáveis de origem religiosa, responsáveis pela guerra, sejam identificadas e compreendidas. Enquanto que a outra concepção, a dinástica, assume que a validade de uma análise da guerra depende de identificar os objetivos das dinastias e sua articulação com a diplomacia e a guerra (*Idem*, p.299). Enquanto estes objetivos permanecerem desconhecidos a investigação continua incompleta, e concepções alternativa responderão de forma diferente a essa pergunta.

Assim, (3) o apelo de Weber às “normas de nosso pensamento” não é suficiente para resolver o problema da objetividade. Historiografias diferentes pressupõem princípios interpretativos, de explicação, e de completude alternativos (axiologicamente determinados), e competem sobre como certo evento deve ser explicado (e não somente sobre seus conceitos) (*Ibidem*).

Desta forma, não há para Weber objetividade nas ciências sociais que não seja relativa a certas relações com valores. Não há como “destacar” o conteúdo do conhecimento da Forma, nas ciências humanas. Uma vez feita a pergunta, o conteúdo continua relativo à forma, e não constitui conhecimento independente, já que critérios centrais de avaliação são relativos à forma.

Poder-se-ia tentar escapar deste relativismo apelando para um teste da ideia com o mundo. Mas as próprias premissas de Weber o derrotam. Comumente, pensamos que para determinar se uma explicação é correta, ela deve ser comparada com o explanandum real. Mas a aceitação de Weber da teoria de Rickert, em especial o seu pressuposto de que a realidade é infinitamente complexa, é a sua própria ruína (*Idem*, p.302).

Como não pode assumir que vemos a realidade *simpliciter*, ele tem de recorrer a um tipo ideal para analisá-la. Mas como verificar se este tipo ideal corresponde à realidade? Como o mundo é complexo demais para analisarmos sua relação com o tipo ideal de forma direta, é necessário que acentuemos certas partes do mundo que desejamos comparar, ou seja, que criemos um segundo tipo ideal. E a pergunta poderia ser feita novamente, como verificar se este segundo corresponde a realidade? O que pediria um terceiro tipo ideal, e assim em diante *ad infinitum* (*Idem*, p.302-3).

De fato, fica aqui entendido que a verdade de um Conteúdo do conhecimento, na sociologia weberiana, não pode ser avaliada sem relação com sua Forma. O diagnóstico de Oakes é que esta é uma consequência inevitável de certa inconsistência nos escritos de Weber: ele aceita a teoria do conhecimento de Rickert, que diz que a realidade é ininteligível independentemente da sua conceitualização; E por outro lado, ele aplica um conceito de explicação que está comprometido com certo realismo epistemológico que possibilita comparações dos conceitos com o real (*Idem*, p.303). Para Oakes, Weber não deu explicação alguma de como podemos aceitar objetividade em relatos da sua sociologia compreensiva. Um problema que ele não atribui a Rickert, por ver maior consistência em seu trabalho, apesar de encontrar outros problemas que aparentam ser insolucionáveis na sua obra, como a existência de valores objetivos e últimos. Assim, se a epistemologia de Weber for de fato a que consideramos aqui, ele parece estar em apuros.

Penso que talvez, esta dependência da Forma, ou dos valores que se relacionam, seja justamente o motivo das aspas no título do seu texto *“objetividade” do conhecimento nas ciências sociais*. E se o conteúdo é tão dependente da Forma em Weber como Oakes propõe, então o argumento da neutralidade axiológica também não consegue se manter de forma tão consistente quanto Weber provavelmente gostaria. Afinal, se os critérios de avaliação são internos aos pressupostos do argumento, penso que seria difícil saber avaliar quais são os juízos de valor que um argumento assumiu. E assim, seria igualmente difícil livrar um argumento da sua parcialidade quanto a juízos de valor, devido à dificuldade de realizar um prognóstico.

Quanto a quanto estes pontos desta interpretação de Weber pode se estender sobre o trabalho de Ian Hacking, julgo que é tema de outro trabalho.

Wolfgang Schluchter propôs uma alternativa. Para ele a sociologia weberiana não repousa sobre a consistência entre a decisão sobre algum valor e a possibilidade de análise que ele proporciona. Ele defende que a sociologia interpretativa deve somente assumir que há, ou que é possível haver, uma tomada de posição sobre certos valores, e sua análise deve se fundamentar em esclarecer “relações valorativas” (SCHLUCHTER, 2000, p.42-3). Afinal, para o autor, estas tomadas de decisão estão “enredada[s] em formas de viver que nunca ficam totalmente fechadas em si mesmas porque são incentivadas de fora e motivadas por dentro” (*Ibidem*), ou seja, as explicações para as tomadas de decisão são internas a estas esferas da vida (como Guy Oakes apontou). Assim, assume-se que não há como garantir que haja verdade ou retidão na decisão sobre valores, já que as exigências normativas sobre a justificativa são impostas pelos próprios valores que decidimos inicialmente.

Para evitar este problema Schluchter propõe que a sociologia deve analisar as relações entre os valores segundo uma “racionalidade formal de um procedimento”, em oposição a uma racionalidade formal de uma teoria objetiva de valores (*Idem*, p.44). Parece-me que isto é o mesmo que dizer que devemos analisar as relações com valores de forma pragmática, ou segundo uma racionalidade pragmática, sem assumir objetividade incorporada na decisão sobre eles, ou sem nos perguntarmos sobre esta objetividade. Assim, a sociologia teria o papel de evidenciar as relações entre discursos e atitudes de agentes e seus valores pressupostos, a fim de restringir a “batalha entre os diversos valores da vida” a

discussões regidas por racionalidade pragmática, sem buscar justificativas para as decisões valorativas tomadas. Sobre a ciência, procuraria expor as melindrosas relações entre as Formas e o Conteúdo do discurso científico. Schluchter escreve, se aproximando muito do pragmatismo de Richard Rorty e a talvez mais ainda a Habermas, que “ela [a Sociologia] torna possível que a luta dos deuses se realizem em um quadro racional” (*Ibidem*).

Desta forma, aceitando os pontos de Oakes, Schluchter acredita que é possível salvar a sociologia weberiana, caso seja admitida como um recurso de análise discursiva, ou como uma sociologia contra a dissonância cognitiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de finalizarmos, faço aqui uma rápida retomada do trabalho. No primeiro capítulo apresentei o que entendo ser o Realismo científico, o Antirrealismo científico, o Construtivismo. Além disso mostrei, seguindo a argumentação de Ian Hacking, que as questões sobre o Construtivismo não são necessariamente questões sobre os dois primeiros conceitos. Assim, podemos falar sobre o construtivismo de Max Weber, sem nos perguntarmos sobre seu possível realismo/antirrealismo, que, como vimos na introdução, são perguntas muito delicadas, recomendáveis somente a especialistas. Depois, no segundo capítulo, contextualizei algumas discussões de Weber em relação à *Methodenstreit*, e apresentei de forma rápida alguns aspectos da filosofia de Heinrich Rickert que julguei relevantes. No terceiro capítulo, apresentei rapidamente a sociologia interpretativa-explicativa de Weber, mostrando sua conexão com algumas teses de Rickert e tentei elucidar seu conceito de tipo ideal segundo o conceito de modelos científicos. Assim, espero ter mostrado que tipos ideais são tanto conceitos específicos das ciências humanas, por terem relação com valores, quanto modelos que exibem caráter nomológicos. Seguidamente, discorri sobre os argumentos de Weber sobre a neutralidade axiológica e sobre a objetividade do conhecimento nas ciências sociais, fazendo referencia aos conceitos de Forma de conhecimento e Conteúdo do conhecimento de Ian Hacking. Espero ter esclarecido as semelhanças que julgo haver entre ambos. No final, apresentei alguns problemas dos argumentos de Weber, apontados por Guy Oakes.

Argumentei que, por mais que o construtivismo de Ian Hacking seja consistente, quando a solução do problema da demarcação de Weber é entendida segundo seus termos, parece faltar-lhe justificativa para objetividade nas ciências humanas. Assim, se é o caso que Max Weber apresenta um argumento construtivista, como intentei mostrar, então, devido a sua solução para o problema da demarcação, ele não é capaz de salvar a objetividade do Conteúdo de conhecimento nas ciências humanas. Portanto, se Hacking afirmava que, uma vez feitas as perguntas, as respostas já estavam determinadas, na perspectiva weberiana não podemos afirmar o mesmo.

O construtivismo de Weber não conseguiria escapar de uma dependência da Forma de conhecimento. Como os critérios de explicação seriam sempre dependentes da Forma (ou da relação com valores), então alguns Conteúdos de conhecimento, algumas explicações, seriam sempre relativos às Formas. Como os valores são os últimos critérios e não há como decidir entre eles, não há como avaliar qual descrição seria melhor que a outra.

Vimos que a solução adotada por Schluchter para isto é de alguma forma de pragmatismo. De fato, tenho minhas dúvidas sobre esta posição. Deixar de perguntar-se sobre certos fundamentos não é o mesmo que resolvê-los. Por outro lado parece-me ser talvez a melhor forma de salvar Weber.

Assim, discorreremos sobre os fundamentos das ciências humanas e suas justificativas, como vistas por Weber, e encontramos algumas conclusões inesperadas. Resta agora os vermos segundo Habermas, Luhmann, Giddens, e muitos outros. Mas em outros trabalhos.

REFERÊNCIAS

- ADAMSON, Peter. **Naming the Nameless: the Pseudo-Dionysius**. 2012. Disponível em: <<http://www.historyofphilosophy.net/pseudo-dionysius/>>. Acesso em: 21 set. 2015.
- BITSAKIS, Eftichios. Scientific Realism. **Science & Society**, New York, v. 57, n. 2, p.160-193, July 1993.
- BOGHOSSIAN, P. **Medo do Conhecimento: Contra o relativismo e o construtivismo**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **Para uma sociologia da Ciência**. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BRUUN, Hans. Henrik & WHIMSTER, Sam. **Max Weber: Collected methodological writings**. New York: Routledge, 2012.
- BRUUN, Hans Henrik. **Science, Values and Politics in Max Weber's Methodology**. Copenhagen: Munksgaard, 1972
- CARVALHO, Márico José Rosa de. **O pensamento de Max Weber na literatura internacional: Um estudo temático da produção de seus comentadores a partir do portal de periódicos BSCOhost**. Florianópolis, 2013. 135p. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – UFSC, 2013.
- CHAKRAVARTTY, Anjan. Scientific Realism. In: ZALTA, Edward N. (Org.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. [s. l.]: [s. e.], 2015. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/scientific-realism/>>. Acesso em: 25 set. 2014.
- DILTHEY, Wilhelm. **Introdução às ciências humanas: Tentativa de uma fundamentação para o estudo da sociedade e da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- DUTRA, Luiz Henrique Araújo. **Introdução à teoria da ciência**. 3. ed. Florianópolis: Editora da Ufsc, 2009.
- _____. **Realismo, Empirismo e Naturalismo: O naturalismo nas filosofias de Boyd e Van Fraassen**. 1993. 298 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.
- _____. **Pragmática de modelos: natureza, estrutura e uso dos modelos científicos**. São Paulo: Loyola, 2013
- EKSTROM, Mats. Causal explanation of Social Action: The Contribution of Max Weber and of Critical Realism to a Generative view of Causal Explanation in Social Science. **Acta Sociologica**. [s. l.], v. 35, n. 2, p. 107-122, 1992.
- GIERE, Ronald. **Scientific Perspectivism**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.
- HABERMAS, Jürgen. **Logique des science sociaux et autres essays**. Paris : PUF, 2005.
- HAACK, Susan. **Filosofia das Lógicas**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- HACKING, Ian. **The social construction o What?**. Cambridge and London: Harvard University Press, 1999.

KALBERG, Stephen. **Max Weber: Uma introdução**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 2013.

MISES, Ludwig Von. **Human action: A treatise on economics**. Indianapolis: Liberty Fund, 2007.

MOSER, Paul K.; MULDER, Dwayne H.; TROUT, J. D.; **A Teoria do Conhecimento: Uma Introdução temática**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

OAKES, Guy. On the unity of Max Weber's Methodology. **International Journal of Politics, Culture, and Society**. New York, v. 12, n. 2, p.293-306, 1998.

_____. **Weber and Rickert: Concept Formation in the Cultural Sciences**. Cambridge and London: The MIT press, 1988.

RINGER, F. **A metodologia de Max Weber: Unificação das ciências culturais e sociais**. São Paulo: Editora USP, 2004.

RUNCIMAN, W. G. **A Critique of Max Weber's Philosophy of Social Science**. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.

SCHLUCHTER, Wolfgang. Politeísmo dos valores: Uma reflexão referida a Max Weber. In: SOUZA, Jessé (Org.). **A Atualidade de Max Weber**. Brasília: Universidade de Brasília, 2000. Cap. 1. p. 13-48.

SHERMER, Michael. Scientia Humanitatis: Reason, empiricism, and skepticism are not virtues of science alone. **Scientific American**, New York, v. 312, n. 6, p.67-67, June 2015. Mensal.

SPADAFORA, J. **Freedom from Value Judgments: Value-Free Social Science and Objectivity in Germany, 1880-1914**. Massachusetts: Harvard University, 2013.

WEBER, Max. **A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais**. São Paulo: Ática, 2006.

_____. **Ciência e política: duas vocações**. 18 ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

_____. **Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva**. 4 ed. Brasília: Editora UNB, 2012.